

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TAMIRES DE ARAÚJO GONÇALVES

**AS CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NA
CONTROLADORIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA LISTADA NA B3**

CRICIÚMA

2017

TAMIRES DE ARAÚJO GONÇALVES

**AS CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NA
CONTROLADORIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA LISTADA NA B3**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de bacharel do curso de
Ciências Contábeis da Universidade do Extremo
Sul Catarinense - UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Realdo de Oliveira da Silva

CRICIÚMA

2017

TAMIRES DE ARAÚJO GONÇALVES

**AS CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NA
CONTROLADORIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA LISTADA NA B3**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora para obtenção do grau de bacharel no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, com linha de pesquisa em Contabilidade Gerencial.

Orientador: Prof. Esp. Realdo de Oliveira da Silva

Criciúma, 04 de Julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Realdo de Oliveira da Silva – Especialista - UNESC – Orientador

Prof. – Clayton Schueroff – Especialista – UNESC – Examinador 01

Prof. – Ângelo Périco – Especialista – UNESC – Examinador 02

Dedico este trabalho à minha família pelo bom exemplo e ensino que me passaram, e aos meus amigos, que me apoiaram e estiveram presente em cada momento da minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por iluminar toda a minha caminhada até aqui, e por me dar forças para sempre seguir em frente, e nunca desistir.

Agradeço aos meus pais e minha irmã, por me apoiarem em minhas decisões e por sempre me incentivarem aos estudos.

Ao meu noivo, que esteve presente em cada momento, me incentivando a sempre dar o melhor de mim.

Agradeço ao professor orientador, Realdo de Oliveira da Silva, por sua dedicação e empenho para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

E por fim, agradeço a todos que contribuíram de forma significativa para que este trabalho se concretizasse.

"Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível."

Charles Chaplin

RESUMO

GONÇALVES, Tamires de Araújo. **As contribuições da análise das demonstrações financeiras na controladoria:** um estudo de caso em uma empresa listada na B3. 2017. 71 p. Orientador: Realdo de Oliveira da Silva. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Criciúma - SC.

Devido ao avanço tecnológico e um mercado cada vez mais competitivo, surge a necessidade de obter informações seguras e confiáveis que contribuam na tomada de decisão da gestão empresarial. A controladoria é o setor destinado a transmitir estas informações através das análises de dados, planejamento, controle e execução de estratégias, visando o alcance de melhores resultados para a organização. É importante ressaltar que dentre as análises de dados elaborados pela controladoria, a análise das demonstrações financeiras é uma das mais praticadas, buscando apresentar, por meio de relatórios contábeis, a real situação financeira da empresa. Diante disso, o objetivo geral deste trabalho consiste em apresentar de que modo a análise das demonstrações financeiras contribui para o processo de gestão de uma empresa listada na B3 no ramo de cosméticos. Para alcançar tal objetivo efetuou-se um estudo de caso e uma pesquisa documental por meio de livros e artigos, e quanto aos objetivos caracteriza-se como descritivo e a abordagem do problema de forma qualitativa. Para a elaboração do estudo de caso foi necessário a coleta de dados em relatórios financeiros dos anos de 2014, 2015 e 2016, com os quais elaboraram-se, a análise horizontal/vertical, análise dos indicadores de desempenho, de rentabilidade, de endividamento, de prazos médios, de capital de giro e do Ebitda. Todo o estudo está voltado a demonstrar a situação financeira e econômica da empresa, que atualmente se encontra em situação estável. Portanto, conclui-se que a análise das demonstrações financeiras, tem relevância em relação à controladoria, auxiliando-a a interpretar os dados apresentados nos relatórios financeiros, facilitando a elaboração de estratégias com objetivo de alcançar melhores resultados.

Palavras-chave: Controladoria. Tomada de Decisão. Análise das Demonstrações Financeiras.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Componentes do balanço patrimonial.....	28
Quadro 2 – Estrutura da demonstração do resultado	29
Quadro 3 – Principais contas dos grupos cíclicos e financeiros.	34
Quadro 4 – DRE x EBITDA.....	46
Quadro 5 – Análise horizontal/vertical do ativo.....	56
Quadro 6 – Análise horizontal/vertical do passivo.	57
Quadro 7 – Análise horizontal/vertical do DR.	59
Quadro 8 – Análise horizontal do fluxo de caixa.....	60
Quadro 9 – Prazos médios da atividade.....	67
Quadro 10 – Prazos médios do ano de 2016.	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Atribuições da controladoria.	21
Figura 2 – Processo de gestão.	23
Figura 3 – Fórmula para o cálculo do CCL.	33
Figura 4 – Fórmula para o cálculo da NCG.	35
Figura 5 – Fórmula para o cálculo do ST.....	36
Figura 6 – Fórmula para o cálculo da liquidez seca.....	37
Figura 7 – Fórmula para o cálculo da liquidez corrente.	38
Figura 8 – Fórmula para o cálculo da liquidez geral.	38
Figura 9 – Fórmula para o cálculo da liquidez imediata.....	39
Figura 10 – Fórmula para o cálculo da margem líquida.....	40
Figura 11 – Fórmula para o cálculo da margem operacional.....	41
Figura 12 – Fórmula para o cálculo do retorno sobre o investimento.	41
Figura 13 – Fórmula para o cálculo do retorno sobre patrimônio líquido.....	42
Figura 14 – Fórmula para o cálculo da participação de capital de terceiros.	43
Figura 15 – Fórmula para o cálculo da imobilização do PL.	44
Figura 16 – Fórmula para o cálculo da composição do endividamento.	44
Figura 17– Fórmula para o cálculo da imobilização dos recursos não circulantes.	45
Figura 18 – Fórmula para o cálculo do prazo médio de recebimento.	47
Figura 19 – Fórmula para o cálculo do prazo médio de pagamento a fornecedor.....	48
Figura 20 – Fórmula para o cálculo da renovação de estoques	48
Figura 21 – Produtos da empresa objeto de estudo	53
Figura 22 – Produtos da empresa objeto de estudo.	54
Figura 23 – Etapas do Estudo.	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índices de liquidez.	61
Gráfico 2 – Indicadores de endividamento.....	63
Gráfico 3 – Análise da rentabilidade.	64
Gráfico 4 – Análise de capital de giro.	65
Gráfico 5 – Análise do Ebitda.	66

LISTA DE ABREVIATURAS

AC	Ativo circulante.
ACF	Ativo circulante financeiro
ANC	Ativo não circulante
CCL	Capital circulante líquido.
DFC	Demonstrativo de fluxo de caixa.
DOAR	Demonstração das origens e aplicações de recursos.
DR	Demonstrativo do resultado.
NCG	Necessidade de capital de giro.
PC	Passivo circulante
PCF	Passivo circulante financeiro
PELP	Passivo exigível a logo prazo
PL	Patrimônio líquido
PMPF	Prazo médio de pagamento a fornecedor
PMPR	Prazo médio de recebimentos
PMRE	Prazo médio de renovação de estoques
PNC	Passivo não circulante
ST	Saldo em tesouraria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	15
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	16
1.2.1 Objetivo geral	16
1.2.2 Objetivos específicos	16
1.3 JUSTIFICATIVA.....	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1 A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO	18
2.2 CONTROLADORIA.....	18
2.2.1 Missão e objetivos da controladoria	19
2.2.2 Funções da controladoria	20
2.2.3 O <i>controller</i>.....	22
2.2.4 A controladoria no processo de gestão	23
2.3 AS ETAPAS DO PROCESSO DE GESTÃO ESTRATÉGICA	24
2.3.1 O planejamento	24
2.3.2 A execução	25
2.3.3 O controle	26
2.4 DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS.....	26
2.4.1 Balanço patrimonial.....	27
2.4.2 Demonstrativo do resultado	28
2.4.3 Demonstração dos fluxos de caixa	29
2.5 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30
2.5.1 Análise horizontal/vertical	31
2.5.1.1 Análise horizontal.....	31
2.5.1.2 Análise vertical.....	31
2.6 ANÁLISE DO CAPITAL DE GIRO	32
2.6.1 Capital circulante líquido – CCL	33
2.6.2 Necessidade de capital de giro – NCG.....	34
2.6.3 Saldo de tesouraria.....	35
2.7 INDICADORES DE DESEMPENHO.....	36
2.7.1 Indicadores de liquidez	36
2.7.1.1 Liquidez seca	37

2.7.1.2 Liquidez corrente	37
2.7.1.3 Liquidez geral.....	38
2.7.1.4 Liquidez imediata.....	39
2.8 INDICADORES DE RENTABILIDADE.....	40
2.8.1 Margem líquida.....	40
2.8.1.1 Margem operacional	41
2.8.1.2 Retorno sobre o investimento	41
2.8.1.3 Retorno sobre o patrimônio líquido	42
2.9 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO	42
2.9.1 Participação de capital de terceiros.....	43
2.9.2 Imobilização do patrimônio líquido.....	43
2.9.3 Composição do endividamento.....	44
2.9.4 Imobilização dos recursos não correntes	45
2.10 EBITDA.....	45
2.11 INDICADORES DE ATIVIDADE (PRAZOS MÉDIOS)	46
2.11.1 Prazo médio de recebimento	47
2.11.2 Prazo médio de pagamento a fornecedor.....	47
2.11.3 Renovação de estoques.....	48
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	50
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	50
3.2 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS	50
4 ESTUDO DE CASO.....	52
4.1 NATURA COSMÉTICOS S.A.	52
4.1.1 Características	52
4.1.2 Produtos	53
4.1.3 Clientes e fornecedores	54
4.1.4 Tributação.....	54
4.2 ETAPAS DO ESTUDO	55
4.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	56
4.3.1 Análise horizontal e vertical do balanço patrimonial	56
4.3.2 Análise horizontal/vertical da DR	58
4.3.3 Análise do fluxo de caixa	60
4.4 ANÁLISE DE DESEMPENHO	60
4.4.1 Análise de indicadores.....	61

4.4.2 Análise de endividamento.....	63
4.4.4 Análise de capital de giro.....	65
4.4.5 Análise do Ebitda.....	65
4.4.6 Análise dos prazos médios.....	66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIA	70

1 INTRODUÇÃO

Atualmente as organizações encontram dificuldades para se manterem no mundo dos negócios, visto que as empresas estão mais competitivas e preocupadas com o futuro, isso faz com que passem a investir cada vez mais em estudos e análise de seus dados. Com este intuito, o presente trabalho demonstra a importância da análise das demonstrações financeiras na controladoria, um departamento voltado para gestão empresarial.

Para maior entendimento, este estudo desenvolve a análise das demonstrações financeiras, levando em conta os indicadores de liquidez, rentabilidade, endividamento e de prazos médios, incluindo a análise de capital de giro e o Ebtida, referente aos anos de 2014, 2015 e 2016 de uma empresa listada na B3, do segmento de cosméticos, que está presente no mercado nacional e internacional desde 1994. Dessa forma, o estudo permite que se obtenha conhecimento da situação financeira da empresa.

Neste capítulo apresentam-se o tema e problema da pesquisa, os objetivos, tanto o geral quanto os específicos, e em seguida justifica-se a escolha do assunto.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Com todo o avanço tecnológico e do mercado econômico, o sonho de adquirir um negócio próprio está cada vez mais próximo, no entanto com mais empresas apresentando serviços e produtos diferenciados, maior é a concorrência, o que torna o mercado cada vez mais competitivo.

Diante deste cenário, nota-se a necessidade de um processo de gestão baseado em informações pertinentes, contando com análises financeiras, planejamento e controles apropriados que visam demonstrar resultados reais e úteis para a gestão. Neste contexto, a controladoria torna-se primordial por sua relevância dentro das organizações, contribuindo de forma significativa para que as metas constituídas pelas empresas sejam atingidas e que as estratégias aconteçam de modo incisivo.

A análise das demonstrações financeiras, juntamente com a Controladoria, torna-se uma ciência voltada a atender estas necessidades da

organização, auxiliando na gestão empresarial para a tomada de decisões.

Deste modo, com o mercado exigindo sempre mais, muitos gestores não têm acesso a uma análise de dados para ter informações mais precisas da empresa, ou até mesmo, não têm o hábito ou conhecimento necessário para acompanhar as demonstrações financeiras que apresentam informações importantes do negócio. Diante dos fatos apresentados, os gestores possuem a necessidade de acompanhar e analisar estas informações de forma íntegra, pois precisam conhecer a real situação da empresa, para que possam planejar futuras ações. Com tudo, para que isso ocorra dentro de uma empresa, é preciso demonstrar as contribuições da análise das demonstrações financeiras para a controladoria, uma ciência focada em atender estas necessidades.

Neste contexto, tem-se a seguinte questão problema: De que maneira a análise das demonstrações financeiras contribuem na controladoria para o crescimento de uma empresa do ramo de cosméticos listada na B3?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho consiste em apresentar de que modo a análise das demonstrações financeiras contribui para o processo de gestão de uma empresa por meio da controladoria.

1.2.2 Objetivos específicos

Para que seja alcançado o objetivo geral deste estudo, é necessário estabelecer os seguintes objetivos específicos:

- Conceituar controladoria e seus processos de gestão;
- Apresentar os principais indicadores econômicos e financeiros utilizados na análise das demonstrações financeiras.
- Avaliar a situação da empresa, objeto de estudo, por meio da análise das demonstrações financeiras dos anos de 2014, 2015 e 2016.

1.3 JUSTIFICATIVA

Para se manter num mercado competitivo e exigente, as empresas estão sentindo cada vez mais a necessidade de uma contabilidade voltada a demonstrar, analisar, planejar e controlar informações seguras para a elaboração de estratégias e metas que contribuam na evolução da empresa.

As empresas que não pensam em utilizar as informações financeiras como auxílio na sua tomada de decisão, possivelmente, terão grandes dificuldades para acompanhar o ritmo do mercado. Deste modo, com o presente estudo, pretende-se contribuir com o conhecimento de como utilizar dados da análise das demonstrações financeiras na controladoria, para elaboração de informações úteis e eficientes aos gestores e administradores.

Esta pesquisa contribui de forma significativa com questões sociais, pois, o seu resultado, se positivo, reflete no desenvolvimento econômico e social das empresas, o que garante à comunidade, maior crescimento no mercado, resultando em novos empregos e capacitação de colaboradores. Portanto, é importante abordar esse tema, pois, além de contribuir com a comunidade e com o crescimento das empresas, servirá de base para que empreendedores tenham uma visão diferenciada das exigências do atual mercado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, aborda-se o conceito de controladoria e suas características, seguindo com os demonstrativos financeiros e indicadores de desempenho, que permitiram a análise da situação financeira da empresa objeto de estudo.

2.1 A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO

A contabilidade visa representar as transações e mutações patrimoniais da empresa, demonstrando seus bens, direitos e obrigações entre outros, de forma monetária, dando apoio aos gestores na administração empresarial.

A contabilidade, como ciência, tem por objetivo o estudo do patrimônio da empresa sob o ponto de vista estático e dinâmico. Apresenta a escrituração como instrumento para demonstrar as variações patrimoniais (HERMANN JÚNIOR., 1978).

Segundo Padoveze (2013) pode-se verificar dois aspectos conceituais sobre a contabilidade, o primeiro traz o conceito de controle econômico do patrimônio e de suas mutações (controle estático e dinâmico), e o segundo, apresenta o conceito de processo de comunicação de informação econômica.

Toda informação contábil contribui com a tomada de decisão, não apenas dos usuários externos, mas também dos administradores. A contabilidade financeira é geradora de informações acerca do desempenho da empresa, onde o confronto com expectativas de desempenho oferece a oportunidade para os administradores avaliarem as variações e tomarem decisões precisas. Já a contabilidade gerencial tem o propósito de atender os usuários internos da organização para que estes empreendam ações que levem ao melhor desempenho futuro (MEGLIORINI, 2011).

A contabilidade, desde seu surgimento, vem sendo utilizada como fonte de dados para mensuração de informações que auxiliam gestores na tomada de decisões.

2.2 CONTROLADORIA

A controladoria está ligada à gestão econômica e financeira das empresas, sendo responsável pelo suprimento de informações aos gestores, auxiliando os mesmos na tomada de decisões.

A origem da controladoria surgiu a partir da necessidade de gerenciar os negócios com mais eficácia e eficiência, facilitando o processo de gestão. Sendo que, além de controlar os processos rotineiros da empresa, a controladoria também atua no monitoramento permanente de todas as etapas do processo de gestão da empresa (OLIVEIRA; PEREZ JÚNIOR; SILVA, 2014).

Para Padoveze (2013) a controladoria é uma ciência autônoma e não se confunde com a contabilidade, apesar de utilizar inúmeras ferramentas contábeis em toda sua plenitude, incluindo a contabilidade financeira e gerencial, que devem ser realizadas dentro das empresas de maneira completa e eficaz de forma concomitante pela pessoa responsável pela controladoria, o *controller*.

Conforme Oliveira, Perez Júnior, Silva (2014) a controladoria deve estar preparada para atender a necessidade de controle sobre as atividades operacionais da empresa, bem como, ser a base para o monitoramento constante sobre todas as etapas do processo de gerenciamento.

O ponto chave da controladoria deve ser o processo de gestão voltado em atingir resultados. Portanto, a controladoria deve ter como ponto referencial a mensuração econômica do valor da empresa, criando valor para os acionistas (PADOVEZE, 2013).

Segundo Peleias (2002, p. 13),

A controladoria se baseia em princípios, procedimentos e métodos oriundos de outras áreas do conhecimento, tais como contabilidade, administração, planejamento estratégico, economia, estatística, psicologia e sistemas. Ao colher subsídios de outras áreas de conhecimento para desempenhar as funções que lhe são atribuídas, a controladoria pode estabelecer as bases teóricas necessárias a sua atuação na organização.

A controladoria é a área responsável por contribuir para que a empresa consiga alcançar as metas e objetivos almejados, e por apresentar aos gestores informações úteis que compreendam a realidade da organização, auxiliando-os a tomarem suas decisões de forma mais eficaz.

2.2.1 Missão e objetivos da controladoria

A missão da controladoria é dar suporte a gestão de negócios da empresa, de modo a assegurar que a mesma atinja seus objetivos, cumprindo assim a missão. Para Padoveze (2013 p. 33) “a missão da controladoria é assegurar a

eficácia da empresa por meio da otimização de seus resultados”.

O objetivo da controladoria é a identificação, mensuração, comunicação e o auxílio às decisões ligadas à situação financeira da empresa (CATELLI, 2001).

Marion (1996, p. 140) descreve que,

O objetivo da Controladoria pode ser definido como o de assegurar um resultado sinérgico da empresa, o que corresponde a uma interação dos esforços das diversas áreas, na obtenção de um resultado global superior a soma dos resultados particulares de cada área de responsabilidade, embora a soma algébrica dos resultados analíticos seja o resultado global da empresa.

A controladoria tem por missão assegurar a otimização do resultado econômico da empresa (PELEIAS, 2002).

Para Padoveze (2013) a controladoria é a unidade administrativa dentro da empresa responsável pela coordenação da gestão econômica do sistema da empresa.

Conforme Peleias (2002) os objetivos da controladoria compreendem:

- Subsidiar, de forma ampla e incondicional, o processo de gestão;
- Contribuir para que os gestores ajam no sentido de otimizar os recursos;
- Certificar de que os sistemas de informações gerem dados adequados;
- Certificação da padronização, homogeneização de instrumentos e informações em todos os níveis de gestão.

Portanto, a controladoria atua como órgão de auxílio à gestão da empresa, com o intuito de atender os objetivos e metas da entidade, ajudando os gestores na tomada de decisão.

2.2.2 Funções da controladoria

A função da controladoria, no geral, é dar informações de forma ágil sobre a empresa, avaliar os fatos ocorridos, controlar, planejar e executar as estratégias estabelecidas.

Para Oliveira, Perez Júnior e Silva, (2014, p. 8), “a controladoria serve como órgão de observação e controle da gestão administrativa, preocupando-se com a constante avaliação da eficácia e eficiência de vários departamentos da empresa.”

Entre as principais atribuições da controladoria, Kanitz (1977 apud OLIVEIRA; PEREZ JÚNIOR; SILVA, 2014, p. 9) apresenta as que se destacam na figura 1.

Figura 1 – Atribuições da controladoria.

Informação	Compreende os sistemas contábil-financeiro-gerenciais;
Motivação	Refere-se aos efeitos dos sistemas de controle sobre o comportamento;
Coordenação	Visa centralizar informações com vista na aceitação de planos. O <i>controller</i> toma conhecimento de eventuais inconsistências dentro da empresa e assessora a direção, sugerindo soluções;
Avaliação	Interpreta fatos, informações e relatórios, avaliando os resultados por área de responsabilidade, por processos, por atividades etc.;
Planejamento	Assessora a direção da empresa na determinação e mensuração dos planos e objetivos;
Acompanhamento	Verifica e controla a evolução e o desempenho dos planos traçados a fim de corrigir falhas ou revisar tais planos.

Fonte: Kanitz (1977 apud OLIVEIRA; PEREZ JÚNIOR; SILVA, 2010, p. 9).

Conforme Peleias (2002), as contribuições da controladoria para a gestão empresarial são:

- Subsídio à etapa de planejamento, com informações e demonstrativos que permitam avaliar os impactos ocorridos na empresa.
- Subsídio à etapa de execução através de dados que permitam comparar o desempenho nas condições padrão.
- Subsídio à etapa de controle, é neste momento que acontecem às avaliações de desempenho e de resultado, sendo que a importância da controladoria nesse momento é a realização da análise de desempenho de todos os setores da empresa.

A controladoria é importante em sua atuação, pois auxilia nas tomadas de decisões dos gestores, tendo como objetivo principal a otimização no resultado da entidade. É necessário, dessa forma, apresentar o profissional responsável por esta área: o *controller*.

2.2.3 O *controller*

O *controller* é o profissional que executa a controladoria, responsável pelo controle do plano de ação da empresa, fazendo a avaliação coordenada da atuação de todos os gestores, sempre com o objetivo de melhorar o desempenho e resultado, tanto global quanto setorial.

As empresas sentem, cada dia mais, a necessidade de elaborar um planejamento estratégico e acompanhar a sua execução com rigor, para que se alcancem as metas desejadas. O profissional responsável por essa tarefa é o *Controller* (OLIVEIRA; PEREZ JÚNIOR; SILVA, 2014).

Para Padoveze (2013, p. 36) o papel do *controller* basicamente é:

- Monitoramento dos sistemas de informações gerenciais.
- Apoio aos demais gestores.
- Influência.
- Persuasão.
- Não toma decisões operacionais, exceto as de sua área.

Por se tratar de um profissional de grandes responsabilidades, o *controller* pode ser classificado na posição hierárquica logo abaixo da presidência ou atuando como cargo de gerente. Mesmo sendo um profissional de alto nível na empresa, o *controller* não tem poder de decisão (OLIVEIRA; PEREZ JÚNIOR; SILVA, 2014).

Este profissional, no entanto, exerce uma influência que contribui na tomada de decisão da administração, buscando decisões lógicas e compatíveis com o que se almeja (PADOVEZE, 2013).

Conforme Oliveira, Perez Júnior e Silva (2014), atualmente para atender as necessidades do mercado, o *controller* deve ser um profissional multifuncional, devendo ter conhecimento em diversas áreas, tais como:

- Contabilidade financeira;
- Sistemas de informações gerenciais;
- Tecnologia de informação;
- Aspectos legais de negócios e visão empresarial;

- Processos informatizados da produção de bens e serviços.

O *controller* exerce um papel fundamental dentro da empresa, levando aos gestores informações seguras e precisas por meio de análises, e supervisionando o planejamento e a execução de estratégias em cada setor.

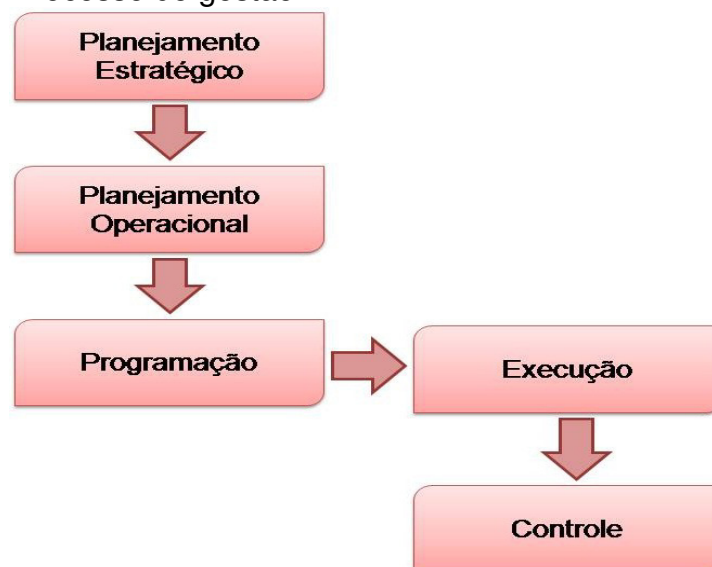
2.2.4 A controladoria no processo de gestão

O processo de gestão é influenciado pela atuação da controladoria através das informações geradas pelas atividades de planejamento e controle, contribuindo para que a gestão empresarial tenha eficiência e eficácia.

O processo decisório é influenciado pela controladoria por meio de informações precisas, planejadas e controladas. Cabendo à controladoria assessorar todas as áreas de atuação da empresa, fornecendo mensurações das alternativas econômicas e, por meio de um planejamento e controle, facilitar o processo decisório (OLIVEIRA; PEREZ JÚNIOR; SILVA, 2014).

Padoveze (2009, p. 15) evidencia o conceito da eficiência e eficácia relatando que a “eficácia é quando os objetivos preestabelecidos são atingidos como resultado da atividade ou do esforço; Eficiência é a relação existente entre o resultado obtido e os recursos consumidos para conseguir aquele resultado.”

Figura 2 – Processo de gestão.



Fonte: Elaborado pela Autora (2017).

Perez Júnior, Pestana e Franco (1997, p. 37) destacam o papel da

controladoria no processo de gestão da seguinte forma:

- no planejamento estratégico, cabe ao controller assessorar o principal executivo e os demais gestores na definição estratégica, fornecendo informações rápidas e confiáveis sobre a empresa;
- no planejamento operacional, cabe a ele desenvolver um modelo de planejamento baseado no sistema de informação atual, integrando-o para a otimização das análises; e
- no controle, cabe ao responsável pela controladoria exercer a função de perito ou de juiz, conforme o caso, assessorando de forma independente na conclusão dos números e das medições quantitativas e qualitativas (índices de qualidade).

A controladoria é o departamento que assessora os diversos setores da empresa, apresenta a mensuração das alternativas econômicas, por meio das análises de informações que facilitem o entendimento dos gestores quanto à situação financeira atual da empresa.

2.3 AS ETAPAS DO PROCESSO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

O modelo de gestão é o instrumento utilizado pela gestão para previsão das consequências que virão, assim como, nas alternativas disponíveis e para a escolha da melhor alternativa. É analisando suas necessidades e objetivos a serem alcançados que a empresa estabelece o seu modelo de gestão.

Para Padoveze (2013 p. 27) “o processo de gestão não se limita ao planejamento, inicia-se nele e incorpora todas as etapas da execução das atividades, bem como do controle da execução das atividades”.

A seguir, serão destacadas as três etapas que compõem o processo de gestão de uma organização: Planejamento, Execução e Controle.

2.3.1 O planejamento

O planejamento envolve decisões em relação ao futuro, visando identificar e avaliar as melhores alternativas e suas consequências, incluindo os riscos.

Para Padovese (2013, p. 24) o planejamento é “uma estratégia para aumentar as chances de sucesso de uma empresa, em um mundo de negócios que muda constantemente.”

O processo de planejar compreende em identificar os objetivos da empresa, a forma com que deseja alcançar seus objetivos, os meios para garantir a

estabilidade e o crescimento empresarial. (SOUZA, 2014)

Segundo Peleias (2002, p. 23),

O planejamento é a etapa do processo da gestão em que se decide antecipadamente sobre as ações, e tem como escopo garantir o cumprimento da missão da empresa, assegurar sua continuidade, otimizar os resultados de suas áreas componentes, aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos estabelecidos e manter o controle sobre os vários aspectos de sua gestão econômica.

Para que se tenha uma boa organização, é essencial o planejamento, pois nele são descritos todos os passos a serem dados pela empresa, com foco para o campo operacional e gerencial. Para elaboração de um planejamento são estipuladas estratégias para todas as áreas da organização, alcançando assim, os objetivos da empresa.

2.3.2 A execução

Na execução, os processos planejados serão postos em prática, seguindo corretamente o planejamento elaborado, que será acompanhado pelo *controller*, do começo ao fim.

Para Padoveze (2013) o desempenho da controladoria no processo de execução incide, basicamente, em fornecer modelos de decisão para fatos econômicos, para auxiliar os gestores no processo de tomada de decisão das transações que estão sendo realizadas.

Segundo Catelli (2001, p. 146),

Nessa fase, ainda podem ser necessárias alterações e ajustes no programa, com consequente identificação de alternativas operacionais, seleção da mais apropriada e implementação dos ajustes. A fase de execução é exatamente aquela em que as ações são implementadas e surgem as transações realizadas.

A execução é a etapa do processo de gestão na qual as coisas acontecem, nesta parte do processo, os executores ainda poderão modificar e programar dados que não foram utilizados, dando continuidade no processo de execução e desta forma, garantindo a realização das metas e objetivos propostos.

2.3.3 O controle

O controle é um meio de se obter e utilizar a informação para coordenar os planos e auxiliar os gestores na tomada de decisão.

Conforme Peleias (2002, p. 26), é a "etapa na qual se comparam as ações empreendidas com aquelas definidas no planejamento operacional, assegurando que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos estabelecidos."

O controle busca averiguar os resultados atingidos diante de metas preestabelecidas, permitindo que se possa avaliar o desempenho dos gestores responsáveis pelas atividades. Portanto o controle almeja avaliar o resultado dos fatos econômicos, atividades desempenhadas, departamentos, produtos e serviços prestados, possibilitando, conjuntamente, a avaliação dos responsáveis pelo processo operacional da organização (PADOVEZE, 2013).

O controle é exercido pelos gestores de cada departamento da empresa com auxílio da controladoria e com relatórios obtidos pelos sistemas de informação.

2.4 DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

As demonstrações financeiras são representações, de forma monetária, dos dados financeiros e econômicos de uma empresa, normalmente preparadas com base no pressuposto de que a empresa continuará suas atividades no futuro.

Têm por objetivo fornecer informações úteis na tomada de decisão e avaliações da situação da empresa para determinados usuários (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Somente pelo entendimento da estrutura contábil das demonstrações é que se pode desenvolver avaliações mais precisas das empresas. Todo processo de análise requer conhecimentos necessários da forma de contabilização e apuração das demonstrações financeiras, sem os quais, ficam seriamente limitadas as conclusões extraídas sobre o desempenho da empresa (ASSAF NETO, 2015).

Segundo Souza (2014, p. 39) de acordo com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, o conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração do Resultado;

- c) Demonstração do Resultado Abrangente;
- d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- f) Demonstração do valor adicionado, se exigida legalmente ou se apresentada voluntariamente; e
- g) Notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

Na sequência apresentam-se os conceitos de Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado (DR) e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa (DFC).

2.4.1 Balanço patrimonial

Esta demonstração contábil é elaborada segundo os princípios contábeis, e representa todo o patrimônio da empresa em um determinado momento.

O balanço patrimonial é a demonstração contábil voltada a apresentar, de forma tanto qualitativa quanto quantitativa em um determinado período, a situação financeira e patrimonial de uma empresa (SÁ, 2008).

Para demonstrar estas informações, o Balanço Patrimonial é dividido em três grandes grupos que são: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Entende-se por Ativo os bens e direitos da entidade, assim como o Passivo representa as obrigações, e o Patrimônio Líquido é a diferença entre Ativo e Passivo, representando o capital próprio da empresa. O Balanço Patrimonial é apresentado de forma que o Ativo fique do lado esquerdo, o Passivo do direito e logo abaixo dele, o Patrimônio Líquido (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Conforme Brasil (2007) que,

diz que o patrimônio Líquido é composto de Capital Social, Reserva de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em tesouraria e prejuízos Acumulados. Logo fica extinta a conta de lucros acumulados, por não evidenciar uma definição do destino do lucro. Todo o resultado deverá, obrigatoriamente, ser destinado, e as parcelas do resultado a serem retidas precisarão ser contabilizadas nas reservas próprias.

Conforme a Medida Provisória nº 449/08 e a lei 11.941/09, as Sociedades Anônimas e empresas de grande porte devem elaborar, com base na natureza de suas operações, a apresentação de Ativos e Passivos Circulantes e Não circulantes de forma separada no próprio balanço patrimonial (MARION, 2012).

No Quadro 1 apresenta-se de forma simples, algumas das contas abordadas em cada grupo, os quais, por sua vez, são apresentados em ordem

decrecente de grau de liquidez para o ativo e em ordem decrescente de exigibilidade para o passivo(ASSAF NETO, 2015).

Quadro 1 – Componentes do balanço patrimonial.

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Disponível	
Contas a Receber	
Estoques	
Ativos Especiais e Despesas Antecipadas	
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Ativo Realizável a Longo Prazo	
Investimentos	
Imobilizado	
Intangível	
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	Capital Social
	Reservas de capital
	Reservas de Lucros
	Ações em Tesouraria
	Lucros/Prejuízos Acumulados

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 26).

A análise de balanços objetiva apresentar, com base nas informações financeiras coletadas dos períodos atuais e anteriores, a posição econômica e financeira atual da empresa, as causas que determinam a evolução apresentada e as tendências futuras, obtendo uma análise das demonstrações passadas, presentes e futuras de cada empresa (SOUZA, 2014).

Concentram-se no balanço patrimonial todas as movimentações da empresa, por isso a sua análise é tão importante, pois é com ela que investidores e gestores podem extrair informações maiores sobre a sua real situação financeira.

2.4.2 Demonstrativo do resultado

A Demonstração do Resultado (DR) expressa se a empresa obteve resultados positivos ou negativos num determinado período em relação ao seu resultado financeiro.

Segundo Brasil (1976) a DR têm por objetivo fornecer os resultados de lucros ou prejuízo obtidos pela entidade em um determinado período, obedecendo ao regime de competência, ou seja, independentemente de que tenham sido esses valores pagos ou recebidos.

No Quadro 2 apresenta-se a estrutura da DR, aonde as contas são demonstradas por meio de estrutura estabelecida pela legislação vigente, abordando a receita bruta, a qual é subtraída as deduções da receita, que compreendem os impostos, as devoluções, os cancelamentos, entre outros, com isso se obtém a

receita líquida de vendas, sendo que dela se reduz os custos e despesas chegando ao resultado do exercício (ASSAF NETO, 2015).

Quadro 2 – Estrutura da demonstração do resultado

Demonstrativo de Resultado
RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS
(-) Deduções
(=) RECEITA LÍQUIDA
(-) Custo dos Produtos Vendidos e/ou serviços Prestados
(=) RESULTADO BRUTO
(-) Outras Despesas/Receitas
(-) Despesas Administrativas
(-) Despesas Comerciais
(-) Despesas Financeiras
(+) Receitas Financeiras
(=) RESULTADO LÍQUIDO (ANTES DO IR E CSSL)
(-) Imposto de Renda (IR)
(-) Contribuição social (CSSL)
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Fonte: Assaf Neto (2015, p. 84).

Conforme alterações na Lei 11.941/09 houve algumas mudanças na DR em relação a sua estrutura, como a extinção das contas de receitas e despesas operacionais e não operacionais, passando a ser denominadas como outras receitas e outras despesas.

A DR é composta por todas as receitas, custos e despesas de uma empresa, obtendo-se o resultado do período no qual se encontra os valores a serem distribuídos para os investidores, bem como, os valores destinados à reserva ou ao pagamento de despesas.

2.4.3 Demonstração dos fluxos de caixa

As empresas são obrigadas a apresentar várias demonstrações financeiras, e uma delas é o Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC), que apresenta as movimentações de caixa e seus equivalentes, ou seja, a movimentação do montante em caixa na empresa.

O DFC é obrigatório para todas as empresas com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00. Este demonstrativo foi criado para substituir a

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), por meio da Lei nº 11.638/07.

A elaboração do DFC é utilizada para registrar as entradas e saídas dos recursos financeiros de cada empresa. De acordo com a legislação o DFC deve evidenciar no mínimo as atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos, de maneira que permita avaliar o impacto das atividades sobre a situação financeira e do saldo em caixa (SOUZA, 2014).

Segundo Assaf Neto (2015, p. 104),

A DFC permite que se analise, principalmente, a capacidade financeira da empresa em honrar seus compromissos perante terceiros (empréstimos e financiamentos) e acionistas (dividendos), a geração de resultados de caixa futuros e das operações atuais, e a posição de liquidez e solvência financeira. O demonstrativo oferece ainda ao analista importantes informações sobre os fluxos de pagamentos e recebimentos ocorridos no período, e as influências dessas operações sobre o caixa da empresa.

Existem duas formas de apresentação do fluxo de caixa de acordo com o CPC 03, a indireta e a direta.

No método indireto o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos resultados de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados aos fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

No método direto destacam-se as movimentações financeiras demonstrando as entradas e saídas de recursos de cada item da atividade operacional, como recebimento de vendas, pagamentos de juros e impostos etc. portanto, parte-se do saldo inicial de caixa e após, identificam-se as operações que afetam o caixa, sendo elas os recebimentos e pagamentos (ASSAF NETO, 2015).

Portanto, as empresas obtêm, do fluxo de caixa, informações sobre sua movimentação financeira (entradas e saídas de dinheiro) de forma que permite aos gestores e analistas saberem a capacidade da empresa de gerar caixa para cumprir com suas obrigações perante terceiros.

2.5 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A análise das demonstrações financeiras é elaborada através de técnicas

de análise, e permite presumir uma direção que contribua para uma decisão futura na organização, dentre as técnicas existentes as mais utilizadas são a análise vertical e a análise horizontal (MARION, 2012).

2.5.1 Análise horizontal/vertical

A análise horizontal apresenta a evolução de cada conta, mostrando o caminho percorrido pela empresa e as possíveis tendências. Já na análise vertical, o percentual de cada conta demonstra sua real importância no conjunto, comparando sempre com exercícios anteriores.

2.5.1.1 Análise horizontal

A análise horizontal permite que se obtenha a variação de uma conta ou grupo contábil de um ano para outro, proporcionando assim, uma melhor análise da evolução da empresa.

Para Assaf Neto (2015, p. 114) “a análise horizontal é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes períodos”.

Esta análise representa a evolução de cada conta ou grupo de uma série de demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior ou em relação a uma demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga da série (MATARAZZO, 2010).

Para Martins, Miranda e Diniz, (2014, p. 103),

A análise horizontal é um processo de análise que permite verificar a evolução das contas individuais e também do grupo de contas por meio de números índices. Inicialmente é necessário estabelecer uma data base, normalmente a demonstração mais antiga, que terá o valor índice 100.

Conclui-se que esta análise é ideal para empresas e analistas, pois representa a evolução patrimonial da empresa, possibilitando observar a tendência para exercícios futuros.

2.5.1.2 Análise vertical

A análise vertical tem por objetivo demonstrar a importância entre contas

e/ou grupos contábeis de um mesmo período, ou seja, representa o percentual de uma conta em relação à outra conta (base), ambas do mesmo ano calendário.

Segundo Padoveze e Benedicto (2011 p. 195) “denominamos análise vertical o estudo de participação percentual ou de estrutura dos elementos das demonstrações financeiras”. Ainda, segundo os autores, considera-se 100% uma determinada conta ou grupo que, em princípio, deve ser o mais importante, e faz-se uma avaliação em percentual de todas as demais contas sobre ele.

Pode-se dizer que o percentual obtido em cada conta representa sua real relevância no grupo em que está incluída (MATARAZZO, 2010).

A variação obtida pode ser comparada entre si ao longo do tempo e também podem ser comparadas entre diferentes empresas. O objetivo é dar uma ideia da representatividade de cada conta ou subgrupo contábil ligado a um determinado total ou subtotal tomado como base (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Diante disso, a análise vertical representa o quanto cada conta ou subgrupo representa em relação a um total estabelecido como base. Permitindo a análise entre itens do mesmo período.

2.6 ANÁLISE DO CAPITAL DE GIRO

A análise do capital de giro tem por objetivo manter a situação financeira da empresa em equilíbrio. De modo que as obrigações assumidas sejam salgadas com o menor impacto possível na rentabilidade da empresa.

A terminologia capital de giro vem do processo operacional de geração de lucros: comprar estoques, produzir, vender e receber, voltar a comprar estoques, produzir e vender e receber, e assim por diante (PADOVEZE, 2013).

Segundo Assaf Neto (2015 p. 207),

o capital de giro constitui-se no fundamento básico da avaliação do equilíbrio financeiro de uma empresa. Pela análise de seus elementos patrimoniais são identificados os prazos operacionais, o volume de recursos permanentes (longo prazo) que se encontra financiando o giro, e as necessidades de investimento operacional.

A análise do capital circulante líquido (CCL), da necessidade de capital de giro (NCG) e do saldo em tesouraria, é importante para a empresa, pois se

analisados em conjunto, apresentam evidências sobre a liquidez de um empreendimento no curto prazo (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

O capital de giro permite a avaliação financeira da empresa, objetivando manter o seu equilíbrio econômico. Para uma análise segura deve-se levar em conta a análise do CCL, NCG e do saldo em tesouraria.

2.6.1 Capital circulante líquido – CCL

O capital circulante líquido demonstra que toda aplicação de recursos no ativo deve ser financiada com recursos apurados num prazo proporcional a aplicação efetuada. Portanto, o passivo circulante (PC) deve ser utilizado para financiar os recursos aplicados de curto prazo.

Para Martins, Miranda e Diniz (2014) o CCL representa a diferença entre o ativo circulante (AC) e o passivo circulante, ou a variação entre o passivo não circulante (PNC) somado ao patrimônio líquido (PL) e o ativo não circulante (ANC).

Figura 3 – Fórmula para o cálculo do CCL.

$\text{CCL} = \text{AC} - \text{PC}$
<p>OU</p>
$\text{CCL} = \text{PNC} + \text{PL} - \text{ANC}$

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014 p. 152).

O CCL pode ser positivo, negativo ou nulo. O positivo apresenta uma folga na liquidez da empresa, caracterizada pela sobra de recursos financeiros de longo prazo para financiar o giro. Já o resultado negativo demonstra que a empresa tem investimentos de longo prazo financiados com dívidas de curto prazo, ou seja, a empresa possui dívidas cujos vencimentos ocorrem antes do retorno dos recursos aplicados. E o nulo, apesar de ser pouco provável, acontece quando o AC e o PC são iguais, nesta situação a empresa não tem recursos de longo prazo financiando o ativo circulante (SOUZA, 2014).

Portanto, se o CCL for positivo, isso significa que o passivo circulante da empresa financia parte do ativo circulante, os demais são financiados por passivo de longo prazo ou pelo PL.

2.6.2 Necessidade de capital de giro – NCG

A necessidade de capital de giro (NCG) apresenta o montante de capital permanente que a empresa necessita para suprir seu capital de giro.

O ativo circulante é composto por duas partes: uma parte está ligada ao giro do próprio negócio, está é conhecida como operacional, e tem características de permanente (cíclicas), pois são necessárias para a atividade básica da empresa; e a outra parte, não está ligada a atividade operacional, mas à sazonalidade (itens financeiros). Com o passivo circulante é a mesma coisa, há itens relacionados diretamente com a operação da empresa, e há itens onerosos, que não estão ligados diretamente (MARTINS; MIRANDA; DINZ, 2014).

O quadro 3 aborda as principais contas dos grupos cíclicos e financeiros.

Quadro 3 – Principais contas dos grupos cíclicos e financeiros.

Ativo Financeiro (Circulante)	Disponibilidades, fundo fixo de caixa, aplicações financeiras, depósitos judiciais, restituição de IR, créditos de empresas coligadas/controladas etc.
Ativo Cíclico (Circulante)	Duplicatas a receber, provisão para devedores duvidosos, adiantamento a fornecedores, estoques, adiantamento a empregados, impostos indiretos a compensar (IPI, ICMS), despesas operacionais etc.
Ativo Permanente (Não Circulante):	Valores dos grupos imobilizado, investimentos e diferido, e realizável a longo prazo.
Passivo Financeiro (Circulante)	Empréstimos e financiamentos bancários de curto prazo, duplicatas descontadas, imposto de renda e contribuição social, dividendos, dívidas com coligadas e controladas etc.
Passivo Cíclico (Circulante)	Fornecedores, impostos indiretos (PIS/Cofins, ICMS, IPI) adiantamentos de clientes, provisões trabalhistas, salários e encargos sociais, participações de empregados, despesas operacionais etc.
Passivo Permanente (Não Circulante)	Contas do exigível a longo prazo e patrimônio líquido.

Fonte: Adaptado de Assaf Neto (2015, p. 210).

A NCG pode ser positiva ou negativa, dependendo do caso. É positiva quando as aplicações (AC) superam as origens (PC), significando que a empresa

precisa de capital de giro. Já a negativa é quando a empresa dispõe de sobra de recursos no giro (SOUZA, 2014).

Figura 4 – Fórmula para o cálculo da NCG.

$$\text{NCG} = \text{AC(operacional)} - \text{PC (operacional)}$$

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014).

É através da diferença entre ativo operacional e passivo operacional que se obtém a NCG. Portanto, esta necessidade representa a parte do ativo operacional que não é financiado por passivos financeiros de curto prazo ou passivos operacionais.

2.6.3 Saldo de tesouraria

O valor do saldo em tesouraria (ST) pode ser entendido como a variação entre ativo financeiro e passivo financeiro, que representa recursos para liquidar obrigações de curto prazo da empresa.

O ativo circulante é separado em ativo circulante operacional (ACO) e ativo circulante não operacional (ACNO), o ACO é composto pelas contas relacionadas à operação da empresa, e compõe a NCG. Já o ACNO, conhecido também por ativo circulante financeiro (ACF), é constituído pelos itens não operacionais e representa o caixa e equivalente de caixa.

Com o passivo circulante ocorre o mesmo, sendo separado em passivo circulante operacional (PCO) e o passivo circulante não operacional (PCNO), sabendo que o PCO está relacionado às contas operacionais da empresa e o PCNO, também conhecido como passivo circulante financeiro (PCF), representa as dívidas onerosas de curto prazo (SOUZA, 2014).

O valor em tesouraria de uma empresa é encontrado pela diferença entre ativo financeiro e passivo financeiro. Se positivo, representa que a empresa terá recursos disponíveis para garantir a liquidez no curto prazo. Caso seja negativo, pode demonstrar que a empresa está passando por dificuldades financeiras (MARQUES; BRAGA, 1995).

Figura 5 – Fórmula para o cálculo do ST.

$ST = ACNO - PCNO$
<p>OU</p>
$ST = ACF - PCF$

Fonte: Souza (2014, p. 101).

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014) o saldo em tesouraria também pode ser encontrado deduzindo a NCG da CCL.

O saldo em tesouraria pode ser calculado de duas formas, conforme a figura 5, sendo que ambas resultam no mesmo objetivo, que é demonstrar o quanto a empresa tem de recursos para liquidar obrigações de curto prazo.

2.7 INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores financeiros têm por objetivo geral estudar a situação financeira e econômica da empresa. Os indicadores abordados neste trabalho são os de liquidez, rentabilidade, endividamento e os de prazos médios.

2.7.1 Indicadores de liquidez

Os indicadores de liquidez apresentam a capacidade de pagamento da entidade. Os índices utilizados para efetuar essa análise são os de liquidez geral, liquidez corrente, liquidez seca e liquidez imediata. Com eles é possível saber se a entidade tem condições de cumprir com seus compromissos financeiros de curto e longo prazo.

Os índices são relações entre contas das demonstrações financeiras utilizados pelo analista para analisar a situação financeira e econômica da empresa (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Segundo Marion (2012), alguns conceitos devem ser revividos e conservados, são eles:

- Não considerar qualquer indicador isoladamente;
- Apreçar o indicador em uma série de anos, pelo menos três;
- Comparar os índices encontrados com índices-padrões, ou seja, índices das empresas concorrentes.

São utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, ou

seja, uma avaliação para saber se a empresa tem recursos suficientes para saldar suas dívidas de curto prazo, longo prazo e imediato.

2.7.1.1 Liquidez seca

A liquidez seca demonstra o montante das dívidas em curto prazo que poderiam ser liquidada com a utilização de itens de maior liquidez do ativo circulante, como as contas do Disponível e valores a receber.

Este índice representa a porcentagem das dívidas em curto prazo em condições de serem pagas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante (ASSAF NETO, 2015).

Figura 6 – Fórmula para o cálculo da liquidez seca.

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Assaf Neto (2015, p. 187).

Portanto, a liquidez seca representa uma informação importante para a empresa, pois, representa o percentual da dívida que pode ser paga com recurso do ativo circulante.

2.7.1.2 Liquidez corrente

Um dos indicadores mais usados para análise é o índice de liquidez corrente, pois demonstra o quanto a empresa tem de recursos em curto prazo para saldar suas obrigações de curto prazo.

O índice de liquidez corrente demonstra o quanto a empresa possui de recursos de curto prazo do ativo circulante para cada real de dívidas de curto prazo do passivo circulante (SOUZA, 2014).

Segundo Assaf Neto (2015, p. 188) “quanto maior a liquidez corrente, mais alta se apresenta a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro.”

Figura 7 – Fórmula para o cálculo da liquidez corrente.

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 127).

Esse indicador é bastante utilizado pelos analistas, e sua importância aumenta, quando é utilizado juntamente com outros indicadores, podendo, nesse caso, reforçar conclusões a respeito da liquidez da empresa, lembrando que é muito importante analisar a evolução deste indicador para cada período (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Conclui-se que este índice é importante para as empresas, pois, representa o quanto a empresa tem hoje em curto prazo para pagar suas obrigações em curto prazo, permitindo a comparação de um período para outro, possibilitando perceber se esse índice está diminuindo ou aumentando a cada período.

2.7.1.3 Liquidez geral

A liquidez geral representa de modo amplo a situação financeira da empresa, ou seja, o quanto de recursos a empresa tem para cada real de dívida. Sendo que para um melhor resultado, a empresa deve analisar os prazos de pagamento e recebimento, pois a empresa pode até ter um resultado positivo para a liquidez geral, mais não ter dinheiro no caixa devido seus prazos de pagamento.

Este índice demonstra o quanto a empresa possui de recursos no curto e longo prazo para cada real de obrigações no curto e longo prazo (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Para Neto (2015, p. 188 “a liquidez geral também revela a capacidade da empresa de saldar todas as suas obrigações, por isso é utilizado como uma medida de segurança financeira.”

Figura 8 – Fórmula para o cálculo da liquidez geral.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

Fonte: Assaf Neto (2015, p. 188).

Quando este indicador apresenta-se índice maior que 1, demonstra que a empresa tem recursos suficientes no ativo para liquidar todas as dívidas

representadas pelos passivos de curto e longo prazo. Já, quando o resultado for menor que 1, significa que a empresa não consegue liquidar todas as suas dívidas (SOUZA, 2014).

Para o cálculo deste indicador são considerados todos os itens do ativo circulante, assim como os do passivo. Concluindo que, para que a empresa tenha um resultado positivo para sua saúde financeira é necessário que o índice de liquidez geral seja maior que 1,00.

2.7.1.4 Liquidez imediata

O índice de liquidez imediata representa as dívidas de curto prazo que poderiam ser quitadas por meio de recursos monetários de caixa e equivalente de caixa.

Este indicador representa a porcentagem das obrigações de curto prazo, que podem ser liquidadas de forma imediata. Este número geralmente é baixo por falta de interesse das empresas em manter saldo em caixa, ativo operacional de reduzida rentabilidade (ASSAF NETO, 2015).

Figura 9 – Fórmula para o cálculo da liquidez imediata.

$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$
--

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 128).

Entre os analistas este indicador é pouco utilizado, pois apresenta diferenças temporais em numerador e denominador, sendo que as disponibilidades representam valores em espécie ou equivalente, e o passivo circulante apresenta valores a serem exigidos dentro de um determinado período, geralmente doze meses, variando conforme o ciclo operacional da empresa (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Diante disto, conclui-se que o indicador mencionado não é muito utilizado para análises, pois há variações que este método de análise não considera, como, as diferenças temporais existentes entre as empresas.

2.8 INDICADORES DE RENTABILIDADE

Os índices de rentabilidade relacionam os resultados obtidos pela empresa com algum valor que expresse a dimensão relativa do mesmo, como valor de venda, ativo total, patrimônio líquido ou ativo operacional. Portanto, torna-se mais visível o desempenho econômico da empresa.

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 189),

Os índices de rentabilidade, via de regra, relacionam os resultados obtidos pela empresa com algum valor que expresse a dimensão relativa do mesmo. [...] Dessa forma, torna-se Mais visível o desempenho econômico da entidade, independentemente do seu tamanho.

Estes indicadores demonstram a capacidade de geração de lucros da empresa. Sendo eles os indicadores: margem líquida, margem operacional, retorno sobre o investimento e retorno sobre o patrimônio líquido.

2.8.1 Margem líquida

Este indicador compara os lucros com as vendas líquidas realizadas, demonstrando o quanto sobra de lucro para cada real de receita líquida.

A margem líquida é calculada por meio da divisão do lucro líquido pela receita líquida. Representa a rentabilidade da empresa em relação à receita, portanto, ela demonstra o quanto sobra de lucro para cada real de receita (SOUZA, 2014).

Figura 10 – Fórmula para o cálculo da margem líquida.

$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}}$

Fonte: Souza (2014, p. 113).

Para Iudícibus et al. (2009, p. 106) “este quociente, apesar dos esforços constantes para melhorá-lo, comprimindo despesas e aumentando a eficiência, apresenta-se baixo ou alto de acordo com o tipo de empreendimento”.

Portanto a margem líquida é calculada obtendo o saldo total do lucro líquido que é dividido pelo total de receita líquida, que é a receita bruta deduzidos os impostos e devoluções.

2.8.1.1 Margem operacional

Assim, como a margem líquida, a operacional representa a rentabilidade da empresa em relação à receita, só que através da divisão do lucro operacional pela receita líquida.

A margem operacional indica o percentual das vendas convertido em lucro. Portanto ela demonstra o percentual representado pelo lucro líquido operacional (ajustado) sobre as receitas líquidas (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Figura 11 – Fórmula para o cálculo da margem operacional.

$$\text{Margem Operacional} = \frac{\text{Lucro Operacional Líquido}}{\text{Receitas Líquidas}} \times 100$$

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 197).

A margem operacional é determinada por meio da divisão do lucro operacional pela receita líquida. Representa quanto sobra de lucro operacional para cada real de receita (SOUZA, 2014).

Portanto esse indicador apresenta o percentual representado pelo lucro líquido operacional (ajustado) sobre as receitas líquidas.

2.8.1.2 Retorno sobre o investimento

Evidencia o quanto a empresa obteve de resultado em relação aos investimentos realizados pela empresa.

É um dos indicadores mais utilizados por analistas, o retorno sobre o investimento evidencia o quanto a empresa obteve de resultados em relação a todos os investimentos realizados. Portanto, a rentabilidade do negócio é fortemente dependente do capital investido (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Figura 12 – Fórmula para o cálculo do retorno sobre o investimento.

$$\text{Retorno sobre o investimento} = \frac{\text{Lucro Operacional Líquido}}{\text{Investimento}} \times 100$$

Fonte: Martins, Miranda e, Diniz (2014, p. 190).

Conclui-se que o valor do retorno sobre o investimento é de grande importância para a análise da empresa, pois assim, consegue-se verificar o retorno dos investimentos aplicados.

2.8.1.3 Retorno sobre o patrimônio líquido

Este indicador no geral representa a capacidade da empresa de remunerar o capital que foi investido pelos sócios.

O índice de retorno sobre o patrimônio líquido evidencia os resultados alcançados pela empresa na gestão de recursos próprios e de terceiros, buscando beneficiar os sócios (acionistas) (IUDÍCIBUS et al., 2009).

Figura 13 – Fórmula para o cálculo do retorno sobre patrimônio líquido.

$\text{Retorno sobre o PL} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{PL}_{(\text{inicial})}} \times 100$
--

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 200).

O retorno sobre o lucro líquido é calculado através do lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido. Este indicador busca beneficiar os sócios (acionistas) pelo capital investido.

2.9 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Com os índices de endividamento demonstra-se o quanto a empresa tem de obrigações perante terceiros, para cada real de recursos próprios.

Para analisar o endividamento de uma empresa, não basta ter apenas os índices, é necessário observar a qualidade da dívida, pois, se a empresa tiver alto endividamento com terceiros em longo prazo e baixo em curto prazo, pode ser interessante, do ponto de vista dos sócios, sobre o retorno que desejam. No entanto, endividamentos caros, em curto prazo, podem deixar a empresa com dificuldades financeiras (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Para Padoveze e Benedicto (2011, p. 154) os Índices de Endividamento servem para: “[...] transformar em percentuais a participação dos valores dos principais grupos representativos do balanço patrimonial, bem como mensurar percentualmente a sua relação com o capital próprio, representado pelo patrimônio líquido”.

São os indicadores de endividamento que mostram se a empresa utiliza mais de recursos de terceiros ou de recursos dos proprietários. Podendo demonstrar também, se os recursos de terceiros têm seus vencimentos em maior parte no curto prazo ou longo prazo (MARION, 2012).

Conclui-se que para analisar este indicador não basta ter apenas os índices, é necessário observar a qualidade da dívida. São os indicadores de endividamento que mostram se a empresa utiliza mais de recursos de terceiros ou de recursos próprios.

2.9.1 Participação de capital de terceiros

Este índice aponta o percentual de capital de terceiros referente ao patrimônio líquido, retratando a dependência da empresa em relação aos recursos externos.

Este índice é utilizado para aferir o grau de participação dos recursos de terceiros para a obtenção de recursos que elevam o patrimônio líquido. Portanto, indica o grau de participação e de dependência que a empresa demonstra sobre os recursos de terceiros (HOJI, 2010).

Figura 14 – Fórmula para o cálculo da participação de capital de terceiros.

$\text{Participação do Capital de Terceiros} = \frac{\text{PC} + \text{PNC}}{\text{Patrimonio Liquido}} \times 100$

Fonte: Souza (2014, p. 109).

Numa visão financeira, este indicador demonstra que quanto maior o índice, menor a liberdade de decisões financeiras da empresa ou maior a dependência dos capitais de terceiros, ou seja, quanto maior, pior (SOUZA, 2014).

O índice de participação de capitais de terceiros relaciona, portanto, duas fontes de recursos da empresa, os capitais próprios e os capitais de terceiros. É um indicador de risco ou de dependência a terceiros, por parte da organização.

2.9.2 Imobilização do patrimônio líquido

A imobilização do patrimônio líquido demonstra a parcela do capital próprio que está investida em ativos permanentes.

Este indicador apresenta o quanto do patrimônio líquido da empresa está empenhado no ativo permanente, evidenciando a dependência de recursos de terceiros para manutenção dos negócios (SOUZA, 2014).

Figura 15 – Fórmula para o cálculo da imobilização do PL.

$$\text{Imob. do Patrimonio Líquido} = \frac{\text{ANC}}{\text{PL}} \times 100$$

Fonte: Souza (2014, p. 111).

Para Silva (2012, p. 145) “quanto mais uma empresa investir em ativo permanente mais ela se torna dependente de capitais de terceiros para seu capital de giro.”

Quanto menor for este índice, melhor será para a organização, pois os recursos do PL estarão financiando o giro da empresa, ou seja, o ativo circulante, permitindo que a empresa tenha uma folga financeira e não precise utilizar recursos de terceiros constantemente.

2.9.3 Composição do endividamento

Para analisar a solvência da empresa, é importante conhecer os prazos de vencimentos da dívida. Por isso, o índice de composição do endividamento revela quanto da dívida total com terceiros é exigível no curto prazo.

Analisando a composição do endividamento no âmbito financeiro, é comum que as empresas invistam em recursos de longo prazo para financiamento do ativo não circulante e recursos de curto prazo para financiamento do ativo circulante (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Figura 16 – Fórmula para o cálculo da composição do endividamento.

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}}$$

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 140).

Para cálculo da composição do endividamento, usa-se o saldo total do passivo circulante dividido por capitais de terceiros, que é o total do passivo.

2.9.4 Imobilização dos recursos não correntes

Este indicador apresenta o percentual de recursos de longo prazo aplicados nos grupos de ativos permanentes.

A imobilização dos recursos não correntes possibilita identificar quanto dos recursos não correntes da empresa (patrimônio líquido + exigível a longo prazo) está investido no ativo a longo prazo, demonstrando quanto a empresa possui de capital circulante próprio (CCP = PL - Ativo Permanente) (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Figura 17– Fórmula para o cálculo da imobilização dos recursos não circulantes.

$\text{Imob. dos Recursos não Circulantes} = \frac{\text{ANC}}{\text{PL} + \text{ELP}} \times 100$
--

Fonte: Silva (2012, p. 146).

Quando este indicador for superior a 100% significa que o PL + ELP não apresenta valor suficiente para garantir os investimentos no ativo permanente, o que leva a entender que estes ativos foram adquiridos com recursos do disponível ou financiamento de terceiros no curto prazo. Por outro lado, quando o índice se apresenta igual ou inferior a 100%, entende-se que a empresa vem financiando seu capital de giro com recursos de longo prazo (SILVA, 2012).

Este indicador sugere maior atenção aos prazos, pois, os ativos de longo prazo geralmente têm a vida útil longa, podendo não ser viável a sua aquisição com recursos próprios, e sim, por meio de financiamento de longo prazo.

2.10 EBITDA

O Ebitda também conhecido como LAJIDA, representa o lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações. Portanto, este indicador tem por objetivo demonstrar o potencial da organização na geração de caixa operacional, ou seja, não representando o caixa, com tudo, apresenta a capacidade que a empresa tem para obter resultado operacional.

Segundo Iudícibus et al. (2009, p. 247) “o EBITDA é a medida essencialmente operacional, desconsidera os efeitos dos resultados financeiros,

assim revelando o potencial da empresa para geração de caixa operacional”.

Para a elaboração do cálculo do EBITDA tem-se a receita líquida e dela é deduzido o custo e despesas operacionais, extinguindo as depreciações e amortizações, bem como, as receitas e despesas financeiras. Este indicador tem sua estrutura semelhante a do DR. Abaixo apresenta o DR comparado ao EBITDA.

Quadro 4 – DR x EBITDA

Demonstrativo de Resultado (DR)	EBITDA
Receita Bruta	Receita Bruta
Deduções da Receita Bruta	Deduções da Receita Bruta
Receita Líquida	Receita Líquida
CMV	CMV
Lucro Bruto	Lucro Bruto
Despesas Operacionais	Despesas Operacionais
	EBITDA
Depreciação e Amortização	Depreciação e Amortização
Receita Financeira	Receita Financeira
Despesas Financeiras	Despesas Financeiras
Lucro Bruto	Lucro Bruto
IR + CSSL	IR + CSSL
Lucro Líquido	Lucro Líquido

Fonte: Martins; Miranda;Diniz (2014, p. 205)

O EBITDA poderia ser equiparado ao fluxo de caixa operacional medido antes do imposto de renda. No entanto, o EBITDA apresenta o valor total das vendas, não distinguindo o saldo a receber do recebido (PADOVEZE, 2013).

Conclui-se que o indicador é essencialmente operacional, excluindo do cálculo as despesas e receitas de outras operações, e não demonstra o caixa da organização, e sim, a capacidade da empresa de gerar caixa operacional.

2.11 INDICADORES DE ATIVIDADE (PRAZOS MÉDIOS)

Os indicadores de atividades permitem analisar o desempenho operacional da empresa e suas necessidades de investimento em giro.

Os prazos médios não devem ser analisados individualmente, mas sempre em conjunto. Também não é recomendado misturar a análise dos índices de prazos médios com a dos índices econômicos e financeiros (MATARAZZO, 2010).

A partir do balanço patrimonial e do demonstrativo do resultado, pode-se determinar o prazo médio de renovação dos estoques, recebimento das vendas e

pagamento dos fornecedores, utilizados na mensuração do ciclo operacional e do ciclo financeiro da empresa. A análise dos indicadores de prazos médios é fundamental para a empresa conhecer sua situação operacional e antecipar ações corretivas, caso necessário (SOUZA, 2014).

A seguir são abordados os conceitos e características dos indicadores de atividade, como: prazo médio de recebimento, prazo médio de pagamento a fornecedor e renovação de estoque.

2.11.1 Prazo médio de recebimento

O prazo médio de recebimento representa o tempo em dias, que a empresa levará para receber todas as suas vendas a prazo.

Foi por meio da análise de balanços que se descobriu o índice de prazo médio. Percebeu-se que através das demonstrações financeiras pode-se calcular em quantos dias, em média, a empresa terá de esperar para receber suas vendas. Este índice é chamado de Prazo Médio de Recebimento de Vendas (MATARAZZO, 2010).

Para calcular o prazo médio de recebimento devem-se ser consideradas as vendas brutas, pois, a conta de duplicatas a receber computa o valor total das vendas, ou seja, incluem impostos (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Figura 18 – Fórmula para o cálculo do prazo médio de recebimento.

$$\text{PMPR} = \frac{\text{Duplicatas a Receber}}{\text{Receita Bruta}} \times 360$$

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 173).

Diante disto, para se obter o resultado do prazo médio de recebimento deve-se utilizar o valor total das duplicatas a receber dividido pelas vendas brutas multiplicado por 360, o que resultará num valor 'x' de dias que a empresa tem para receber suas vendas a prazo.

2.11.2 Prazo médio de pagamento a fornecedor

Este indicador apresenta em quantos dias a empresa deve saldar suas dívidas com fornecedores.

O prazo médio de pagamento a fornecedor (PMPF) demonstra quantos dias, em média, a empresa tem para pagar seus fornecedores (MATARAZZO, 2010).

Figura 19 – Fórmula para o cálculo do prazo médio de pagamento a fornecedor.

$$\text{PMPF} = \frac{\text{Fornecedor a Pagar}}{\text{Compras a Prazo}} \times 360$$

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 174).

Quanto maior esse prazo, maior será o financiamento das atividades operacionais da empresa pelos fornecedores, o que representa menor investimento no capital de giro para financiar as operações. (SOUZA, 2014).

É através da conta fornecedores a pagar e compras a prazo que a empresa calcula o prazo médio de pagamento a fornecedores. Portanto, divide-se o saldo total da conta fornecedores a pagar pelas compras efetuadas a prazo multiplicando por 360 para se obter o resultados em dias.

2.11.3 Renovação de estoques

A renovação de estoques demonstra o tempo, em dias, que os produtos ficam armazenados no estoque da empresa.

Este indicador representa o tempo médio que os produtos ficam armazenados no estoque, analisando desde a entrada da matéria-prima até a saída do produto acabado. De modo geral, o índice de prazo médio de renovação dos estoques (PMRE) aponta que, quanto menor o índice, melhor (SOUZA, 2014).

Figura 20 – Fórmula para o cálculo da renovação de estoques

$$\text{PMRE} = \frac{\text{Estoque}}{\text{Custo das vendas}} \times 360$$

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 172).

Para empresas que trabalham com diversos tipos de produtos estocados, um indicador único poderia produzir informações equivocadas. Nesse caso, o ideal seria calcular os prazos médios para cada tipo de estoque da empresa (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

É por meio da conta estoque e custo das vendas que se tem o resultado da renovação de estoques. Este indicador apresenta o tempo médio verificado desde a aquisição da matéria-prima até o produto acabado, ou seja, o tempo que a matéria-prima permanece no estoque até ser consumida.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a realização de uma pesquisa, faz-se necessário definir os procedimentos metodológicos que serão usados para a obtenção dos resultados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

O método adotado para a pesquisa, quanto aos procedimentos caracteriza-se em uma abordagem bibliográfica que segundo Martins (2008, p. 86), “é o ponto de partida de toda pesquisa, levantamento de informações feito a partir de material coletado em livros, revistas, artigos, jornais, sites da internet e em outras fontes escritas, devidamente publicadas”.

Quanto aos procedimentos, efetua-se um estudo de caso, e uma pesquisa documental com base em demonstrações financeiras. Segundo Gil (2008), a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser retrabalhados conforme os objetivos do estudo.

A tipologia da pesquisa quanto aos objetivos caracteriza-se como descritiva, que segundo Gil (2008, p. 42), “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Este estudo visa descrever aspectos relacionados à controladoria e à análise das demonstrações financeiras, e as contribuições que visam trazer para as empresas.

Quanto à abordagem do problema é o qualitativo, que para Marconi e Lakatos (2008, p. 70) é aquele que, “consiste em investigações de pesquisa empírica cuja finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas”. De acordo com as metodologias de pesquisa escolhidas, o estudo ocorreu buscando realizar uma junção entre a teoria e a prática, levando os conhecimentos teóricos obtidos para a aplicação em uma empresa.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

As informações coletadas foram obtidas através do site da B3. Os relatórios coletados foram: Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado de

Exercício (DRE) e Demonstrativo de Fluxo de Caixa, todos dos anos 2014, 2015 e 2016.

4 ESTUDO DE CASO

Neste capítulo apresenta-se a empresa Natura Cosméticos S.A, objeto deste estudo de caso. Na apresentação abordam-se suas características, principais produtos, clientes e fornecedores, bem como, o regime de tributação utilizado atualmente.

No segundo momento, demonstra-se a elaboração da análise das demonstrações financeiras da empresa, para isso, foi necessário a obtenção dos relatórios financeiros dos exercícios de 2014, 2015 e 2016, obtidos através do site da B3, com o objetivo de verificar o desempenho econômico da empresa nos últimos anos.

4.1 NATURA COSMÉTICOS S.A.

4.1.1 Características

A empresa Natura Cosméticos S.A. foi fundada em 1969 com o intuito de comercializar produtos voltados para a beleza feminina, somente mais tarde, em 1979 que a empresa passou a fabricar produtos da linha masculina.

Desde 1974, a empresa é conhecida por seu diferencial relacionado às vendas, sua forma de vender diretamente ao consumidor por revendedores(as), faz com que seus clientes tenham a possibilidade de serem atendidos de forma mais informal, e descontraída, podendo ser atendido até mesmo em sua casa.

A Natura que desde sua fundação está sempre preocupada com o meio ambiente teve uma ideia inovadora em 1983, sendo uma das primeiras empresas a fabricar produtos com refil, com o objetivo de baixar o custo para seus clientes, redução do desperdício e praticar a conscientização ecológica.

A empresa tem sua sede no estado de São Paulo. E em 1994 inaugurou sua primeira filial fora do Brasil, na Argentina, um grande avanço para a internacionalização da empresa. A rede Natura conta com filiais em mais de sete países da América Latina e na França, contando com mais de 7 mil colaboradores e 1,5 milhões de consultoras e consultores. Com o mercado a seu favor, a empresa de cosméticos decidiu comprar a marca australiana Aesop, tendo filiais nos Estados Unidos e em países da Europa e da Ásia. Mas uma vez, a Natura amplia seus horizontes no mercado internacional.

Os lucros foram aumentando no decorrer dos anos, fazendo com que a Natura abrisse seu capital na B3 em 2004, onde passou a negociar ações ON's e atualmente encontra-se listada no segmento de Novo Mercado.

A partir de 1999 a Natura passou a negociar com comunidades pequenas o fornecimento de insumos da natureza, contribuindo com pequenos agricultores e familiares que tiram dos frutos o seu sustento.

Levando sempre em conta o cuidado com o meio ambiente, a empresa em 2007 lança o Programa Carbono Neutro, que prevê a redução da emissão de gás CO₂ em todo seu processo produtivo.

A Natura basicamente é movida pelo amor à cosmética, com o objetivo de levar a seus clientes o bem-estar e autoconhecimento, e pelas relações humanas. Levando em consideração a inovação como caminho principal para o desenvolvimento sustentável, objetivando agregar mais valor às relações socioeconômicas.

4.1.2 Produtos

A Natura Cosméticos S.A. tem um amplo portfólio de produtos, todos voltados para cosméticos femininos e masculinos. Tendo 30% do seu portfólio renovado a cada ano e cerca de 1500 produtos disponibilizados a cada ciclo de vendas.

Figura 21 – Produtos da empresa objeto de estudo

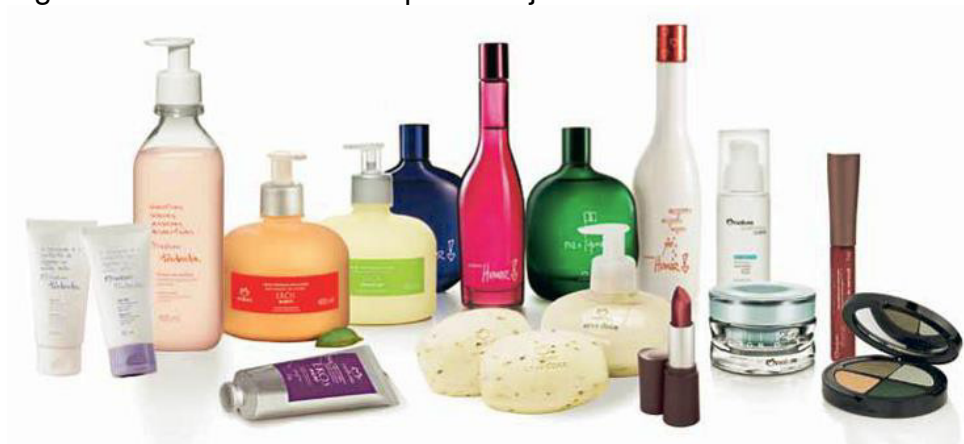


Fonte: Acervo Natura Cosméticos S.A

Seus produtos são voltados basicamente para atender todo o cuidado com a pele, cabelo, higiene e beleza. Tais como: shampoos, condicionadores,

perfumes, sabonetes, hidratantes, protetores solares e maquiagens em geral.

Figura 22 – Produtos da empresa objeto de estudo.



Fonte: Acervo Natura Cosméticos S.A

Trabalhando sempre preocupados com o meio ambiente e bem-estar de seus clientes, os produtos Natura passam por inspeções de qualidade, buscando sempre o melhor para os seus consumidores.

4.1.3 Clientes e fornecedores

Os clientes da empresa objeto de estudo, são todas as pessoas que dão valor à sua beleza. Trabalhando com vendas pelo método direto, a Natura conta com seus consultores e consultoras para levar a seus clientes produtos de qualidade.

A Natura procura sempre qualidade em seus produtos, por isso, é exigente com seus fornecedores. Para a seleção de seus parceiros de negócios a Natura trabalha com o método de avaliação Qlicar, por esse método são avaliadas a qualidade, a logística, a inovação, o custo, o atendimento e o relacionamento de seus fornecedores.

Atualmente a empresa conta com mais ou menos 5 mil parceiros, entre eles estão a Total Pack Indústria e Comércio Ltda., Razzo Ltda. e A.W. Faber Castell S.A..

4.1.4 Tributação

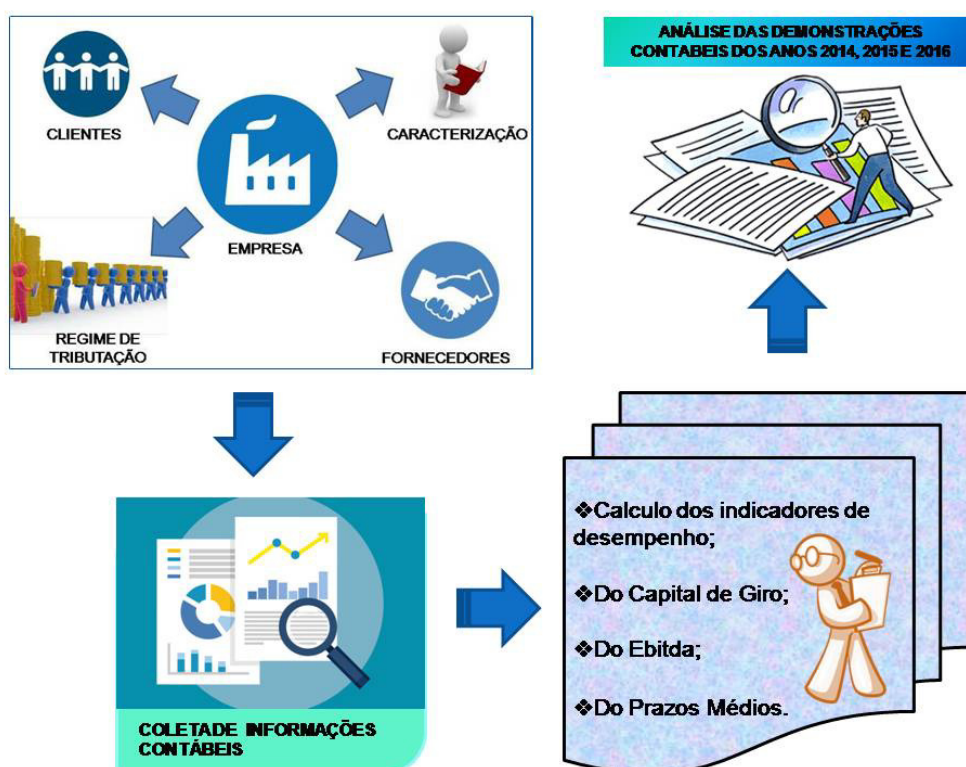
A empresa é enquadrada nas obrigações do regime de tributação pelo Lucro Real, devido a seu alto faturamento, sendo que esta modalidade é o lucro líquido do exercício ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas

ou autorizadas pela legislação tributária conforme o decreto-lei nº 1.598/77 que o instituiu.

4.2 ETAPAS DO ESTUDO

O estudo de caso do presente trabalho é voltado para a análise das demonstrações financeiras comparando os períodos de 2014, 2015 e 2016 da empresa Natura cosméticos S.A.. O estudo foi elaborado por meio da coleta de dados contábeis da empresa, disponíveis no site da B3.

Figura 23 – Etapas do Estudo.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Primeiramente apresenta-se a empresa Natura, trazendo suas características, abordando seus principais fornecedores e clientes, bem como, seu regime de tributação.

No segundo momento, serão coletadas as informações financeiras da empresa, para a elaboração das análises das demonstrações financeiras dos períodos de 2014, 2015 e 2016, os documentos coletados são: Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultado e o Fluxo de Caixa. Após a obtenção dos demonstrativos, inicia-se a fase de cálculo dos índices instrumentos de análises, e

por fim, a análise dos cálculos elaborados com o intuito de detectar a situação financeira da Natura Cosméticos S.A.

4.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Neste tópico são apresentadas as análises das demonstrações financeiras da empresa Natura Cosméticos S.A dos exercícios de 2014, 2015 e 2016.

4.3.1 Análise horizontal e vertical do balanço patrimonial

Este tópico demonstra às análises horizontal/vertical elaboradas nas contas de ativo e passivo do balanço patrimonial da empresa objeto de estudo dos períodos de 2014, 2015 e 2016. O Quadro 5 explana a análise horizontal/vertical do ativo.

Quadro 5 – Análise horizontal/vertical do ativo.

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO (EM MIL REAIS)								
Contas	2014	AV	2015	AV	AH	2016	AV	AH
Ativo	7.200.083	100%	9.394.981	100%	30,48%	8.421.579	100%	-10,36%
Circulante	4.239.284	58,88%	6.018.706	64,06%	41,97%	4.802.900	57,03%	-20,20%
Caixa e equivalentes de Caixa	1.164.174	16,17%	1.591.843	16,94%	36,74%	1.091.470	12,96%	-31,43%
Títulos e Valores Mobiliários	531.812	7,39%	1.191.836	12,69%	124,11%	1.207.459	14,34%	1,31%
Contas a Receber	847.487	11,77%	909.013	9,68%	7,26%	1.051.901	12,49%	15,72%
Estoques	889.977	12,36%	963.675	10,26%	8,28%	835.922	9,93%	-13,26%
Impostos a Recuperar	240.329	3,34%	320.392	3,41%	33,31%	329.409	3,91%	2,81%
Instrumentos financeiros derivativos	317.023	4,40%	734.497	7,82%	131,69%	0	0,00%	0,00%
Outros ativos circulantes	248.482	3,45%	307.450	3,27%	23,73%	286.739	3,40%	-6,74%
Não Circulante	2.960.799	41,12%	3.376.275	35,94%	14,03%	3.618.679	42,97%	7,18%
Impostos a recuperar	182.706	2,54%	289.437	3,08%	58,42%	280.634	3,33%	-3,04%
IR e CSSL diferidos	147.763	2,05%	212.608	2,26%	43,88%	492.996	5,85%	131,88%
Depositos jurídicos	263.324	3,66%	287.795	3,06%	9,29%	303.074	3,60%	5,31%
Outros ativos não circulantes	85.655	1,19%	17.604	0,19%	-79,45%	23.033	0,27%	30,84%
Imobilizado	1.672.147	23,22%	1.752.350	18,65%	4,80%	1.734.688	20,60%	-1,01%
Intangível	609.204	8,46%	816.481	8,69%	34,02%	784.254	9,31%	-3,95%

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Ao analisar o ativo da empresa, pode-se observar que a conta de Caixa e equivalentes de caixa teve um aumento significativo de 2014 para 2015, uma estimativa de 36,74%, já em 2016 ocorreu uma queda de 31,43%, o aumento se refere ao aumento nas vendas e da conta de outras receitas operacionais, já a queda de 2015 para 2016, ocorreu porque houve um aumento no recebimento a prazo de seus clientes.

A conta de Títulos e valores mobiliários que representava 7% do grupo circulante, em 2016 passou a representar 14%, sendo que sofreu um aumento de

124,11% no ano de 2014 para 2015 que aconteceu devido à aquisição de títulos públicos.

A conta de Impostos a Recuperar sofreu um aumento de 2014 para 2015 de 58,42% em consequência do aumento nas compras.

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição social diferidos sofreram uma elevação significativa nos últimos exercícios, sendo que de 2014 para 2015 43,88% e em 2016 representou um aumento de 131,88% correspondendo que a empresa vem acumulando créditos a receber.

O aumento de 34,02% no intangível de 2014 para 2015 corresponde à aquisição de *software*.

Analisando as contas de Ativo verticalmente, nota-se que as contas praticamente se mantiveram, tendo um destaque na conta de Títulos e valores mobiliários que em 2014 representavam 7,39%, já em 2016 representaram 14,34% fato que se deu em decorrência da aquisição de ações. O Quadro 6 explana a análise horizontal/vertical do passivo.

Quadro 6 – Análise horizontal/vertical do passivo.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO (EM MIL REAIS)								
Contas	2014	AV	2015	AV	AH	2016	AV	AH
Passivo	7.200.083	100%	9.394.981	100%	30,48%	8.421.579	100%	-10,36%
Circulante	3.118.996	43,32%	4.572.920	48,67%	46,62%	4.177.899	49,61%	-8,64%
Empréstimos e financiamentos	1.466.599	20,37%	2.161.383	23,01%	47,37%	1.764.488	20,95%	-18,36%
Fornecedores	599.621	8,33%	802.887	8,55%	33,90%	814.939	9,68%	1,50%
contas a pagar	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Salários, participações nos resultados e encargos sociais	210.515	2,92%	201.200	2,14%	-4,42%	208.114	2,47%	3,44%
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	79.739	0,95%	0,00%
Obrigações tributárias	715.468	9,94%	1.047.961	11,15%	46,47%	1.075.431	12,77%	2,62%
Provisão para aquisição de part. de não controladores	48.221	0,67%	190.658	2,03%	295,38%	0	0,00%	0,00%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,00%	0	0,00%	0,00%	73.502	0,87%	0,00%
Outras obrigações	78.572	1,09%	168.831	1,80%	114,87%	161.686	1,92%	-4,23%
Não Circulante	2.932.408	40,73%	3.744.294	39,85%	27,69%	3.247.295	38,56%	-13,27%
Empréstimos e financiamentos	2.514.611	34,92%	3.374.497	35,92%	34,20%	2.625.683	31,18%	-22,19%
Obrigações tributárias	98.992	1,37%	87.744	0,93%	-11,36%	237.513	2,82%	170,69%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0,00%	34.073	0,36%	0,00%	23.775	0,28%	-30,22%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	75.763	1,05%	77.858	0,83%	2,77%	93.624	1,11%	20,25%
Provisões para aquisição de part. de não controladores	97.244	1,35%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outras Provisões	145.798	2,02%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros passivos não circulantes	0	0,00%	170.122	1,81%	0,00%	266.700	3,17%	56,77%
Patrimônio Líquido	1.148.679	15,95%	1.077.767	11,47%	-6,17%	996.385	11,83%	-7,55%
Capital social	427.073	5,93%	427.073	4,55%	0,00%	427.073	5,07%	0,00%
Ações em tesouraria	-37.851	-0,53%	-37.851	-0,40%	0,00%	-37.149	-0,44%	-1,85%
Reservas de capital	137.278	1,91%	134.706	1,43%	-1,87%	142.786	1,70%	6,00%
Reservas de lucros	189.277	2,63%	488.796	5,20%	158,24%	666.815	7,92%	36,42%
Dividendo adicional proposto	449.273	6,24%	123.133	1,31%	-72,59%	29.670	0,35%	-75,90%
Reserva para aquisição de part. de não controladores	0	0,00%	-79.324	-0,84%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Ágio / deságio em transações de capital	0	0,00%	-65.159	-0,69%	0,00%	-92.066	-1,09%	41,29%
Ajustes de avaliação patrimonial	-41.350	-0,57%	36.812	0,39%	-189,03%	-140.744	-1,67%	-482,33%
Participação dos acionistas não controladores	24.979	0,35%	49.581	0,53%	98,49%	0	0,00%	0,00%

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A conta de Empréstimos e financiamentos de curto prazo sofreu uma elevação de 2014 para 2015 de 47,37%, o que demonstra que a empresa em 2015 teve que recorrer a financiamentos e empréstimos de curto prazo para saldar suas obrigações de curto prazo.

O aumento de 33,90% na conta de fornecedores em 2015 com relação a 2014 demonstra que a empresa adquiriu mais mercadorias para suprir as vendas.

O aumento da conta de Obrigações Tributárias em 2015 com relação a 2014 no percentual de 46,47% é referente a aumento de impostos a pagar.

Em 2015 a empresa aumentou a conta de Provisão para aquisição de participação de não controladores em 295,38% devido à aquisição de 78,74% da Emeis Holdings Ltda. (marca Aesop), sendo que em 2016 a empresa incorporou mais 21,26% da Emeis Holdings Ltda. (marca Aesop), o que resultou a liquidação da conta de Provisão para aquisição de participação de não controladores.

A mudança na conta de Ágio / deságio em transações de capital de 2015 para 2016 de é devida à participação no capital da Emeis Holdings Ltda..

A conta Resultado de operações com acionistas não controladores estava anteriormente sendo apresentada no grupo de Ajustes de avaliação patrimonial, foi reclassificada para o grupo Ágio / deságio em transações de capital, o que ocasionou mudanças nestas contas.

A conta de empréstimos e financiamentos em longo prazo representa uma média de 30% do grupo de não circulante, e de 2014 para 2015 evidencia uma variação de 34,20%, o que demonstra que a empresa tem a necessidade de buscar recursos externos para suprir as atividades operacionais.

Analisando as contas de Passivo verticalmente, pode-se perceber que as contas praticamente se mantiveram, tendo um destaque na conta de Reserva de lucros e dividendos adicional proposto.

4.3.2 Análise horizontal/vertical da DR

O Demonstrativo de Resultado objetiva ressaltar o resultado econômico almejado pela empresa em um determinado período. Portanto, neste tópico demonstram-se as análises horizontal/vertical elaboradas do DR da empresa dos períodos de 2014, 2015 e 2016.

Quadro 7 – Análise horizontal/vertical do DR.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO (DR) (EM MIL REAIS)								
Contas	2014	AV	2015	AV	AH	2016	AV	AH
Receita Bruta	9.950.305	100%	10.806.473	100%	8,60%	10.993.142	100%	1,73%
Devolução e cancelamentos	-33.089	-0,33%	-40.655	-0,38%	22,87%	-47.686	-0,43%	17,29%
Impostos	-2.508.794	-25,21%	-2.866.816	-26,53%	14,27%	-3.032.792	-27,59%	5,79%
Receita Líquida	7.408.422	74,45%	7.899.002	73,10%	6,62%	7.912.664	71,98%	0,17%
Custo dos produtos vendidos	2.250.120	22,61%	2.415.990	22,36%	7,37%	2.446.959	22,26%	1,28%
Lucro Bruto	5.158.302	51,84%	5.483.012	50,74%	6,29%	5.465.705	49,72%	-0,32%
Despesas/Receitas Operacionais	-3.793.630	-38,13%	-4.226.243	-39,11%	11,40%	-4.382.837	-39,87%	3,71%
Despesas com vendas	2.680.091	26,93%	3.020.500	27,95%	12,70%	3.110.169	28,29%	2,97%
Despesas administrativas	1.133.346	11,39%	1.271.533	11,77%	12,19%	1.327.093	12,07%	4,37%
Outras receitas	19.807	0,20%	65.790	0,61%	232,16%	54.425	0,50%	-17,27%
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	1.364.672	13,71%	1.256.769	11,63%	-7,91%	1.082.868	9,85%	-13,84%
Receitas financeiras	483.837	4,86%	1.927.228	17,83%	298,32%	1.073.288	9,76%	-44,31%
Despesas financeiras	752.116	7,56%	2.308.627	21,36%	206,95%	1.729.297	15,73%	-25,09%
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.096.393	11,02%	875.370	8,10%	-20,16%	426.859	3,88%	-51,24%
Imposto de renda e contribuição social	355.172	3,57%	352.638	3,26%	-0,71%	118.621	1,08%	-66,36%
Lucro Líquido	741.221	7,45%	522.732	4,84%	-29,48%	308.238	2,80%	-41,03%

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Ao aplicar a análise horizontal no DRE, pode-se observar de modo geral, que a empresa registrou mais vendas líquidas nos anos de 2014 para 2015, representando um percentual de 6,62%, sendo que em 2016 a variação comparada com 2015 foi de 0,17%. Pode-se observar também, que os custos dos produtos vendidos sofreram mais aumento do que a receita, nos anos analisados.

As despesas administrativas e com vendas representam uma média de 12% de 2014 para 2015, sendo que as de vendas representam a média de 26% de 2014 à 2016, com isso, pode-se notar que as despesas com vendas aumentaram devido os gastos com *marketing* e demais despesas vendas, já as administrativas ocorreram devido aos investimentos em inovação.

A conta de Outras receitas teve um aumento significativo de 232,16% aonde representava uma média de 0,50% da receita, está elevação se deu referente à venda de imobilizados que a empresa efetuou.

O aumento na conta de receita e despesas financeiras de 2014 para 2015 é referente a ganhos e perdas com operações de variação monetária cambial.

Apesar as receitas estarem evoluindo, a sua elevação se demonstra inferiores às despesas, sendo que, suas despesas financeiras representavam 15% da receita bruta em 2016, e seus custos representam uma média de 22% da receita bruta, por tanto, o seu resultado financeiro vem decaindo, tendo uma variação de - 41,03% de 2015 para 2016.

Na análise vertical do DRE pode-se perceber que as contas, em geral, se mantiveram. Observando o lucro líquido, nota-se que em 2014 ele representava 7%, e em 2016 representou 2,80% da receita bruta.

4.3.3 Análise do fluxo de caixa

A análise da demonstração dos fluxos de caixa permite obter informações significativas do desempenho financeiro da empresa no período. Portanto demonstra-se a análise horizontal elaborada a partir dos dados demonstrados no Fluxo de Caixa elaborado pelo método indireto da empresa objeto de estudo dos períodos de 2014, 2015 e 2016.

Quadro 8 – Análise horizontal do fluxo de caixa.

FLUXO DE CAIXA INDIRETO (EM MIL REAIS)					
Contas	2014	AH	2015	AH	2016
Lucro Líquido do Exercício	741.221	-29,48%	522.732	-41,03%	308.238
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	757.458	108,33%	1.578.025	-50,66%	778.634
CAIXA LÍQUIDO GERADO ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-731.162	31,98%	-964.977	-71,18%	-278.076
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	136.879	-247,79%	-202.289	382,63%	-976.309
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	161.219	165,27%	427.669	17,00%	500.373
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	1.002.955	16,07%	1.164.174	36,74%	1.591.843
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.164.174	36,74%	1.591.843	-31,43%	1.091.470
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	161.219	165,27%	427.669	17,00%	500.373

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Pode-se perceber que a empresa no ano de 2014 para 2015 apresentou um aumento significativo no caixa líquido, representando uma elevação de 165% de um ano para o outro, tal aumento se deu, devido à elevação do recebimento de ações e títulos mobiliários. Já em 2016, a empresa manteve, praticamente, seus resultados em comparação com o ano de 2015, exceto o caixa, utilizado nas atividades de financiamento, que aumentaram 382% devido ao pagamento de empréstimos e financiamentos acordados no período.

O caixa gerado pela atividade de investimento demonstra a grande quantidade de dinheiro que a empresa gasta com as despesas de capital, tais como aquisição de novos equipamentos.

Nas atividades de financiamento as origens das entradas e saídas de dinheiro são a venda de ações, debêntures e pagamento de empréstimos bancários.

4.4 ANÁLISE DE DESEMPENHO

Com os itens deste tópico apresenta-se a análise do desempenho econômico da empresa objeto de estudo por meio da análise de indicadores, de capital de giro, Ebitda e de prazos médios.

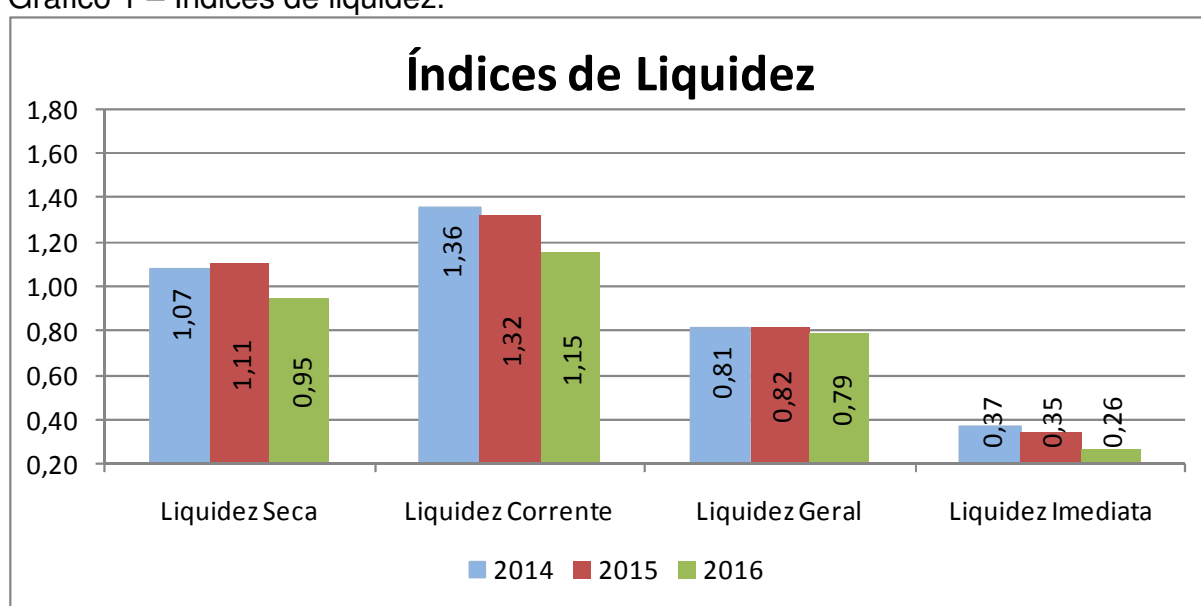
4.4.1 Análise de indicadores

Os indicadores econômicos possibilitam a obtenção de valores que apresentam o desempenho da empresa. Para elaboração dos cálculos são utilizados os dados das demonstrações contábeis.

A seguir são apresentadas, por meio de gráficos, as análises dos principais indicadores referente aos anos de 2014, 2015 e 2016.

O Gráfico 1 traz os índices de liquidez.

Gráfico 1 – Índices de liquidez.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Mesmo não considerando os estoques para cálculo do indicador de Liquidez Seca, o mesmo em 2014 e 2015 representou 1,07 e 1,11 respectivamente, o que indicando que para cada 1,00 de dívida no curto prazo a empresa possui 1,07 e 1,11 de ativos de curto prazo. Já em 2016 a empresa este índice apresentou resultado abaixo do esperado, demonstrando que a mesma tem capacidade de saldar 95% das dívidas de curto prazo.

Por meio do gráfico acima se pode observar que a Liquidez Corrente apesar de estar decaindo com o passar dos anos, apresenta nos últimos 3 anos índices satisfatórios, pois demonstram que o Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante, representando que os investimentos feitos no curto prazo são suficientes para saldar as obrigações de curto prazo. Permitindo ainda uma folga de 14%, 13% e 11%, respectivamente, em 2014, 2015 e 2016.

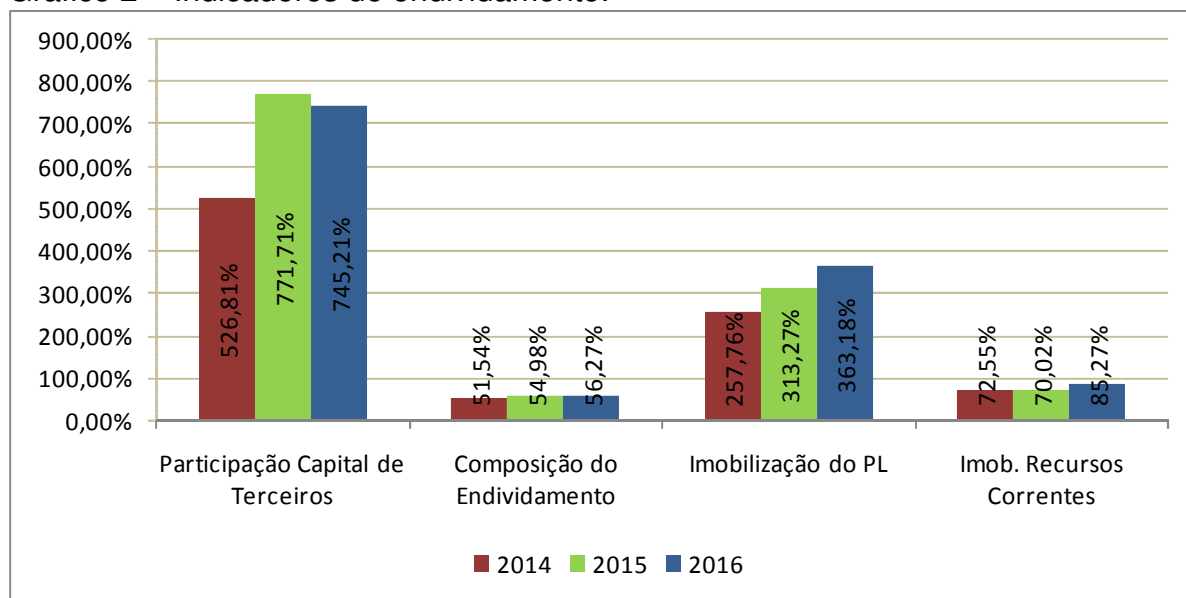
A Liquidez Geral expressa à capacidade da empresa de quitar todas as suas dividas. Diante disto, pode-se observar que a empresa no ano de 2014 apresentou o valor de 0,81 de ativos para cada 1,00 de dividas, já em 2015 apresentou um resultado de 0,82 e em 2016 de 0,79, o que demonstra que a empresa não possui capacidade para quitar todas as suas dividas de curto e longo prazo.

A análise da Liquidez Imediata demonstra a disponibilidade da empresa de liquidar suas dividas de curto prazo apenas com as disponibilidades. Observou-se que a empresa dispõe de 37% em 2014, 35% em 2015 e 26% em 2016 de saldo em disponibilidades para saldar suas dividas de curto prazo, nota-se que a capacidade da empresa vem diminuindo com o passar dos anos devido a novas aquisições.

4.4.2 Análise de endividamento

O Gráfico 2 apresenta as análises de endividamento dos anos de 2014, 2015 e 2016.

Gráfico 2 – Indicadores de endividamento.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Verificou-se que a empresa no geral, apresenta um grau de endividamento elevado nos últimos anos. A participação de capital de terceiros demonstra a dependência da empresa em capitais de terceiros. Observou-se que a empresa apresenta elevado índice de participação de capital de terceiros, sendo que em 2014 apresentou o percentual de 526,81%, em 2015 de 771,71%, e em 2016 de 745,21%, ou seja, a empresa possui uma dependência exagerada de terceiros para se manter, com tudo, em 2016 houve uma pequena queda no índice.

A Composição do endividamento representa o quanto das dividas de terceiros é de curto prazo. Ao analisar a empresa, nota-se que em média 50% de suas obrigações com terceiros são vencíveis no curto prazo, sendo que em 2014 demonstrou 51,54%, em 2015 54,98% e em 2016 56,27%.

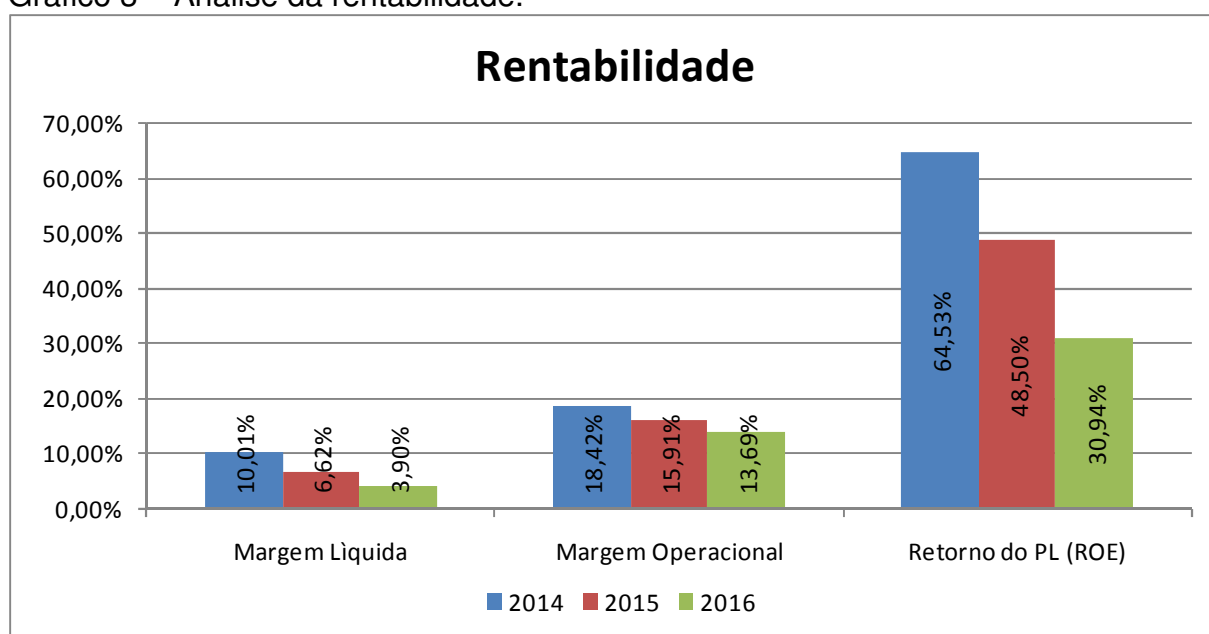
Observou-se que a Imobilização do PL vem em constante crescimento, o que demonstra que a empresa está investindo uma parcela grande de capital próprio em ativos não circulantes, sendo que em 2014 a empresa investiu 257,76%, em 2015 313,27% e em 2016 363,18%. Demonstrando que quanto mais a empresa

investir no imobilizado, menos recursos próprios terá para necessidades do Ativo Circulante e, em como consequência, maior a dependência de capitais de terceiros para financiamento do Ativo Circulante.

Nota-se que o índice de Imobilização de recursos não correntes em 2016 aumentou em comparação com o ano anterior, sendo que em 2015 representava 70,02% e em 2016 subiu para 85,27%, evidenciando o quanto de capital próprio e capital de terceiros está investido em ativos não circulantes.

O Gráfico 3 explana as análises de rentabilidade dos anos de 2014, 2015 e 2016.

Gráfico 3 – Análise da rentabilidade.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

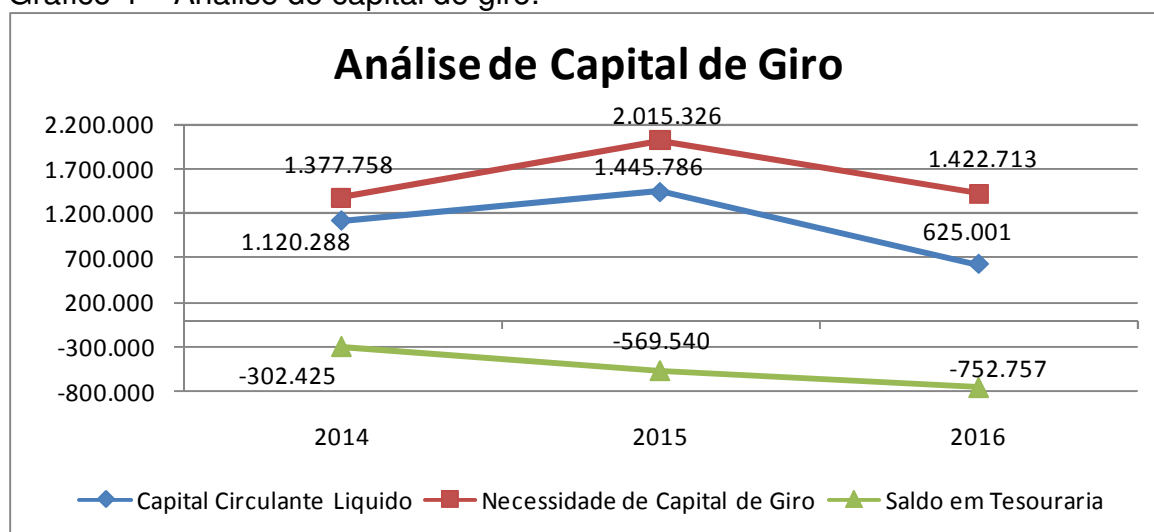
Os índices de margem líquida e operacional diminuíram seus valores, sendo que a margem líquida em 2014 era 10,01% e em 2016 fechou em 3,90%, já a margem operacional representava 18,42% em 2014, passando para 15,91% em 2015 e em 2016 um percentual de 13,69%, queda ocorrida em decorrência do aumento na carga tributária e de devolução de mercadorias, bem como a elevação nas despesas com vendas.

O retorno sobre o PL vem numa constante diminuição, o que demonstra que a empresa está com baixa capacidade de remunerar o capital investido pelos sócios. Sendo que em 2014 representava 64,53% para cada R\$100,00 investido em 2015 chegou a 48,50%, e em 2016 em 30,94%.

4.4.4 Análise de capital de giro

O capital de giro demonstra o capital exigido para financiar a continuidade da empresa. O Gráfico 4 mostra a análise elaborada referente ao capital de giro da empresa nos anos de 2014, 2015 e 2016.

Gráfico 4 – Análise de capital de giro.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Os índices acima demonstram que a empresa nos últimos anos possui um capital circulante líquido positivo, representando que os ativos de curto prazo são superiores aos passivos exigíveis no curto prazo. Com tudo, a NCG positiva representa que os passivos operacionais são insuficientes para financiar os ativos circulantes operacionais, demonstrando ainda, que os passivos circulantes financeiros são superiores aos ativos circulantes financeiros.

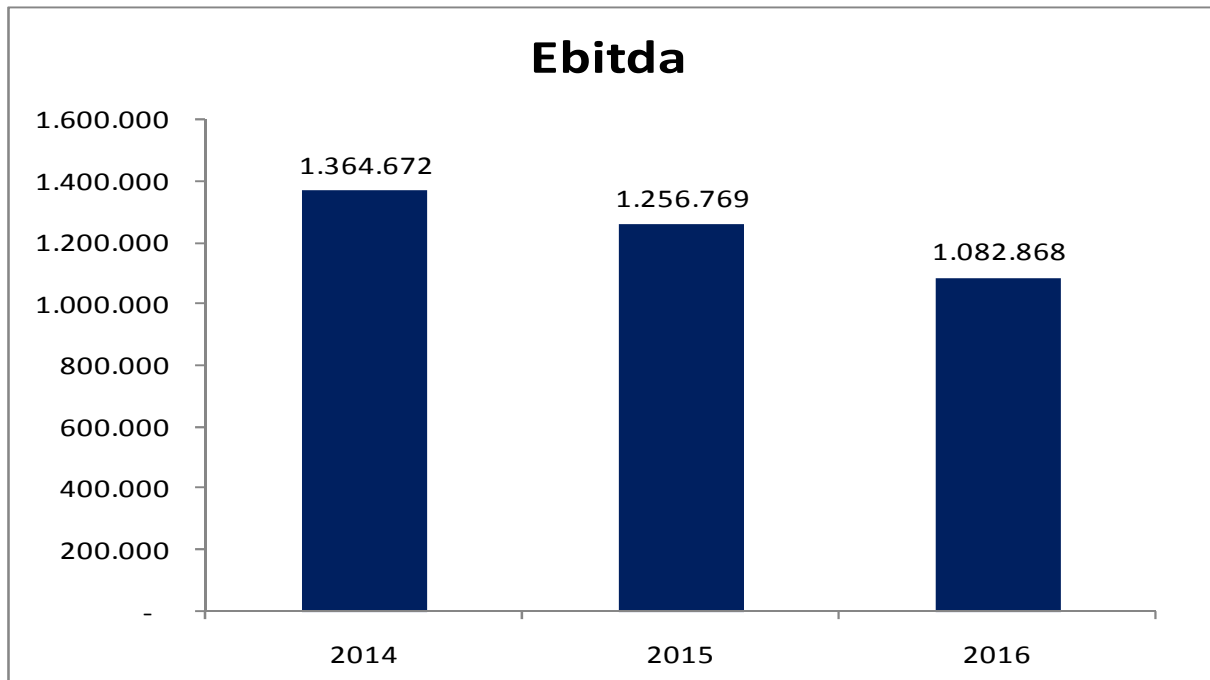
O Saldo em tesouraria negativo nos últimos anos representa que parte da NCG foi financiada, ou seja, a empresa não alcançou capital de giro suficiente em relação a sua necessidade, tendo que buscar recursos junto a instituições financeiras.

4.4.5 Análise do Ebitda

O Ebitda demonstra o quanto a empresa gerou de caixa operacional, antes de considerar os efeitos financeiros, os impostos e as despesas que não provocam saída de caixa. A análise do Ebitda da empresa nos anos de 2014, 2015 e

2016 é apresentada no Gráfico 5..

Gráfico 5 – Análise do Ebitda.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Analisando as informações do gráfico 5 , pode-se observar que o Ebitda da empresa demonstra queda no decorrer dos anos, partindo de R\$ 1.364.672 em 2014, passando para R\$ 1.256.769 em 2015, e em 2016 representou R\$ 1.082.868.

O Ebitda representa o quanto à empresa gera de recursos por meio de atividades operacionais. Por tanto esta alteração redutiva demonstra que a empresa está gerando menos caixa através de suas atividades operacionais, devido ao aumento nas despesas com vendas e queda no lucro antes dos impostos.

4.4.6 Análise dos prazos médios

Por meio do Quadro 9 é apresentada a análise dos prazos médios da empresa nos anos de 2014, 2015 e 2016.

Quadro 9 – Prazos médios da atividade.

Prazos Médios	2014	2015	2016
Recebimento das Vendas (dias)	31	30	34
Renovação dos Estoques (dias)	142	144	123
Pagamento a Fornecedores (dias)	80	88	71
Ciclo Operacional (dias)	173	174	157
Ciclo Financeiro (dias)	93	86	87

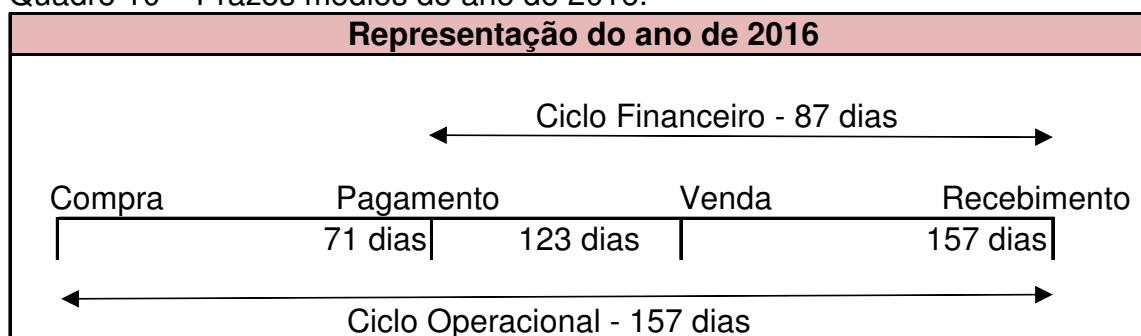
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Notou-se um leve aumento nos prazos de recebimento de 2015 para 2016, referente ao aumento no faturamento da empresa no período de 2016.

A renovação de estoques em 2016 sofreu uma pequena queda em seu resultado, mas, mesmo assim demonstra um prazo satisfatório. O aumento se refere a maiores dívidas com fornecedores. Consequência do aumento nas receitas.

O Quadro 10 traz os prazos médios do ano de 2016.

Quadro 10 – Prazos médios do ano de 2016.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

No geral a empresa apresenta um ciclo desfavorável, pois apesar de receber suas vendas antes de pagar seus fornecedores, a empresa tem um prazo de estocagem longo, o que afeta diretamente no capital de giro da empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A controladoria é o setor voltado a auxiliar os gestores na tomada de decisão por meio de análises e estudos que demonstrem a saúde financeira da empresa, bem como, controle e execução de planejamentos estratégicos que almejam o alcance de metas e melhorias nos resultados da organização. E portanto, a análise das demonstrações financeiras contribui com a controladoria por se tratar de cálculos e fórmulas aplicadas nas demonstrações financeiras que apresentam a situação econômica da empresa.

O propósito deste estudo foi identificar as características da controladoria, ressaltando a relevância da análise financeira para a mesma, sendo esta, um setor voltado para atender a gestão empresarial, trazendo como principal objetivo demonstrar as contribuições da análise das demonstrações financeiras no processo de gestão de uma empresa listada na B3 no ramo de cosméticos, o qual foi atingido na medida em que os objetivos específicos foram alcançados.

O primeiro objetivo específico que tratava de conceituar controladoria e seus processos de gestão, foi alcançado na medida em que se foi discorrendo sobre o assunto, na fundamentação teórica, trazendo os conceitos, definições, objetivos, funções e características específicas da controladoria e de seus processos de gestão.

O segundo objetivo específico, que era o de apresentar os principais indicadores econômicos e financeiros utilizados na análise das demonstrações financeiras, foi alcançado de maneira teórica e prática, evidenciando seus conceitos, características, funções, fórmula para cálculo e utilidade de cada indicador.

O terceiro e último objetivo específico tratava- de avaliar a situação financeira da empresa objeto de estudo, por meio da análise das demonstrações financeiras dos anos de 2014, 2015 e 2016. O mesmo foi atingido a partir da aplicação dos cálculos de análises vertical e horizontal, indicadores de liquidez, de endividamento, rentabilidade, necessidade de capital de giro, Ebitda e prazos médios, das demonstrações financeiras coletadas no site da B3. Possibilitando a obtenção de resultados que demonstram o seu desempenho econômico, e com isto, apresentar informações da situação financeira da organização.

Conclui-se que o processo de análise das demonstrações financeiras é fundamental para a controladoria, pois, fornece informações essenciais que servem

de suporte a tomada de decisão. Este processo pode ser utilizado tanto em empresas de pequeno porte como em uma de grande porte, basta a iniciativa de investir em ferramentas, como as apresentadas nesta pesquisa, e que tenham como intuito auxiliar a gestão empresarial.

Diante disto, sugerem-se novas pesquisas com o propósito de aprofundar o assunto e identificar dispositivos que envolvam as características analisadas.

REFERÊNCIA

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços:** Um enfoque econômico - Financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 366 p.

BRASIL. Constituição (1976). Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe Sobre As Sociedades Por Ações.** Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 06 out. 2016.

BRASIL. Constituição (1977). Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977. **Dispõe sobre o imposto de renda.** Brasília, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1598-26-dezembro-1977-367436-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

BRASIL. Constituição (2007). Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Dispõe sobre a elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras.** Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 25 out. 2016.

BRASIL. Constituição (2009). Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2007. **Dispõe sobre o parcelamento ordinário de débitos tributários.** Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm>. Acesso em: 06 mar. 2017.

CATELLI, Armando (Coordenador). **Controladoria:** uma abordagem da gestão econômica - GECON. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo. Atlas, 2008.

HERRMANN JR., Frederico. **Contabilidade superior.** 10ª ed., São Paulo: Atlas, 1978.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária:** matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 587p.

IUDÍCIBUS, Sergio de; et al.. **Análise de balanços.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 254 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa, planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7 ed. São Paulo. Atlas, 2008.

MARION, Jose Carlos. **A contabilidade após a reforma monetária.** São Paulo: Atlas, 1986.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis:** contabilidade empresarial. 7 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2012. 291 p.

MARQUES, J. A. V. C.; BRAGA, R. Análise dinâmica do capital de giro: o modelo Fleuriet. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, 1995.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014. 252 p.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica**: como se tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2008.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 372 p.

MEGLIORINI, Evandir. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2011. 353 p.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JUNIOR, José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria estratégica**: textos e casos práticos com solução. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2014. 364 p.

PADOVEZE, C.L., BENEDICTO, G.C.. **Análise das demonstrações financeiras**. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011, V1, 298p.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria estratégica e operacional**: conceitos, estrutura, aplicação. 2 ed. São Paulo: Cengage, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Controladoria**: estratégica e operacional. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 507 p.

PELEIAS, Ivam Ricardo. **Controladoria**: gestão eficaz utilizando padrões. São Paulo: Saraiva, 2002. 206 p.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; PESTANA, Arnaldo Oliveira; FRANCO, Sérgio Paulo Cintra. **Controladoria e Gestão**: teoria e prática. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SÁ, A. Lopes de. **Fundamentos da contabilidade geral**. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2008. 315 p.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, Acilon Batista de. **Curso de administração financeira e orçamento**: princípios e aplicações. São Paulo: Atlas, 2014. 363 p.